



Relatório & Contas 2013

Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE



Índice

1 Relatório do Conselho de Administração	04
1. Introdução	05
2. Enquadramento	05
2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional	05
2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional	06
2.3. Enquadramento Setorial	09
3. Atividade Desenvolvida	10
3.1. Crédito Concedido	10
3.2. Carteira de Créditos	11
3.3. Recursos e Organização	12
3.4. Desenvolvimentos e Projetos	15
3.5. Responsabilidade Social e Ambiental	16
3.6. Qualidade	18
3.7. Risco	19
3.8. Balanço e Conta de Exploração	20
3.9. Gestão dos Riscos Financeiros	21
3.10. Gestão do Capital e Rácio de Solvabilidade	27
4. Perspetivas Futuras	28
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Notas Finais	30
7. Bibliografia	31
2 Demonstrações Financeiras	32
3 Notas às Demonstrações Financeiras	37
Aspetos Gerais	38
Notas	39
Nota 1 – Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Comparabilidade	39

Nota 2 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados	39
Nota 3 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	50
Nota 4 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	50
Nota 5 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	51
Nota 6 – Aplicações em Instituições de Crédito	51
Nota 7 – Crédito a Clientes	52
Nota 8 – Provisões e Imparidade	54
Nota 9 – Ativos Não Correntes detidos para Venda	54
Nota 10 – Ativos Tangíveis e Intangíveis	55
Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes	56
Nota 12 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	57
Nota 13 – Outros Ativos	58
Nota 14 – Recursos de Outras Instituições de Crédito	60
Nota 15 – Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	61
Nota 16 – Derivados de Cobertura	61
Nota 17 – Outros Passivos	62
Nota 18 – Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados	63
Nota 19 – Juros e Rendimentos Similares	64
Nota 20 – Juros e Encargos Similares	65
Nota 21 – Rendimentos de Serviços e Comissões	66
Nota 22 – Encargos com serviços e Comissões	67
Nota 23 – Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados (Líquido)	67
Nota 24 – Resultados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Líquido)	68
Nota 25 – Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)	68
Nota 26 – Resultados de Alienação de Outros Ativos	69
Nota 27 – Outros Resultados de Exploração	70
Nota 28 – Custos com o Pessoal	71
Nota 29 – Gastos Gerais Administrativos	73
Nota 30 – Compromissos Extrapatrimoniais	74
Nota 31 – Transações com Partes Relacionadas	75
Nota 32 – Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou Resseguros	77
4 Certificação Legal das Contas	80
5 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	83

1 | Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração referente à atividade e contas de 2013 do Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.



1. Introdução

O presente Relatório, elaborado pelo Conselho de Administração do Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. (adiante designado por Banco), visa efetuar o balanço da atividade do ano de 2013, bem como proceder à apresentação das contas do Banco relativas ao mesmo período. Este documento apresenta o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da sociedade que atua comercialmente com a marca Cetelem.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional

Em 2013 assistiu-se a um ligeiro abrandamento da economia mundial, com destaque para a manutenção de um fraco crescimento das economias avançadas, especialmente da área do euro e para um menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento. Refletindo uma melhoria gradual da atividade económica ao longo do segundo semestre de 2013, o comércio mundial de mercadorias reforçou o seu crescimento neste período.

Em termos globais, e de acordo com o “*World Economic Outlook*” emitido pelo Fundo Monetário Internacional, o PIB na União Europeia em 2013 diminuiu cerca de 0.3%, próximo do decréscimo de 0,4% registado em 2012 face a 2011. Esta redução da contração da atividade económica justifica-se pela melhoria da taxa de crescimento do PIB nalgumas das principais economias da Europa, nomeadamente em Espanha e Itália. De facto, Espanha apresentou uma contração do PIB em 2013 de -1,2% (face a -1,6% em 2012); em Itália a evolução do PIB é estimada em -1,8% (face a -2,5% em 2012). Por outro lado, França e Alemanha registaram níveis de crescimento próximos de zero (0,2% no caso da França face a 0,0% em 2012 e 0,5% na Alemanha face a 0,9% em 2012). No caso do Reino Unido a estimativa aponta para um crescimento de 1,7% (face a 0,3% em 2012).

De referir que na Zona Euro verificou-se o aumento da taxa de desemprego que no final de 2013 se cifrou em 12,2%, quando em 2012 o valor tinha sido de 11,4%. As principais economias do resto do mundo, registaram performances positivas, nomeadamente, os Estados Unidos da América (1,9% vs 2,8% em 2012), no Japão (1,7% vs 1,4% em 2012), e na China (7,7% vs 7,7% em 2012).

	2010	2011	2012	2013 estimativa	2014 estimativa
UE (27 Membros)	2,0%	1,7%	-0,4%	-0,3%	1,4%
UEM (15 Membros)	1,9%	1,4%	-0,7%	-0,4%	1,0%
Portugal	1,9%	-1,3%	-3,2%	-1,8%	0,8%
Alemanha	3,9%	3,4%	0,9%	0,5%	1,6%
EUA	2,5%	1,8%	2,8%	1,9%	2,8%
China	10,4%	9,3%	7,7%	7,7%	7,5%
Japão	4,6%	-0,6%	1,4%	1,7%	1,7%

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO PIB EM %

FONTE: FMI – WORLD ECONOMIC OUTLOOK – JANEIRO 2014

2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional

Durante o ano de 2013 assistimos ao terceiro ano da implementação do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” (adiante designado por MOU) assinado a 17 de Maio de 2011. Tal como previsto, este programa teve um impacto profundo na sociedade portuguesa, em particular através da redução acentuada do rendimento disponível das famílias, justificado quer pelo aumento da carga fiscal, quer pela redução ou suspensão de alguns apoios sociais.

Durante o 1º semestre de 2013 assistimos a uma redução das taxas de juro da dívida pública portuguesa, contudo a demissão em julho do Ministro da Finanças, Vitor Gaspar, seguida da demissão de Paulo Portas, Ministro dos Negócios Estrangeiros, provocaram uma convulsão com impacto nos mercados internacionais, pondo em causa a capacidade da coligação governamental entre PSD e CDS resistir até ao final do plano de apoio. Como consequência a taxa a 10 anos subiu de 5,23% em Junho, até atingir o pico de 7,49% em Agosto, iniciando novamente um movimento de descida em função da estabilidade promovida pela remodelação governamental efetuada.

No gráfico seguinte apresentamos a evolução das taxas de juro (*yields*) da dívida pública portuguesa a 5 e a 10 anos, onde podemos comprovar a evolução enunciada:

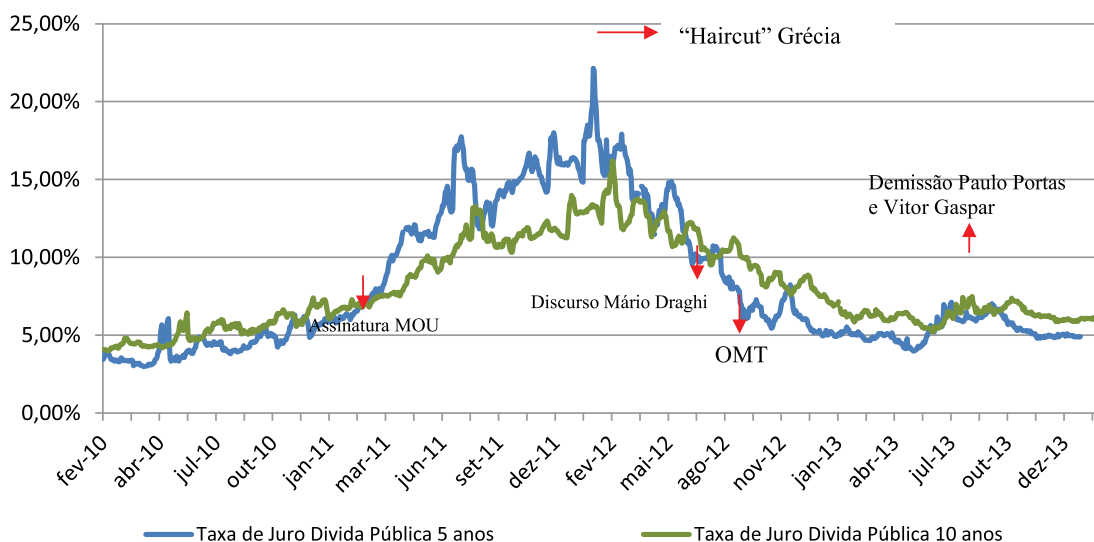


GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS YIELDS DA DÍVIDA PÚBLICA PORTUGUESA

FONTE: REUTERS

Ao longo do ano de 2013 registaram-se quatro avaliações periódicas (a 6ª em janeiro, a 7ª em junho, e a 8ª e 9ª em novembro) tal como definido no MOU. Em todos os momentos o resultado foi considerado positivo face ao que estava programado significando que Portugal conseguiu cumprir na generalidade com as metas estabelecidas para cada uma das avaliações e obtendo o acesso aos fundos da Troika (BCE, Comissão Europeia e FMI).

A alteração profunda da composição da despesa decorrente do ajustamento em curso, nomeadamente a manutenção das importações (+0,8%) acompanhada por um aumento significativo das exportações (+6,0%), tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. Efetivamente, o saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4% do PIB em 2010 para uma situação de *superavit* ao longo do ano de 2013.

BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA EM M€

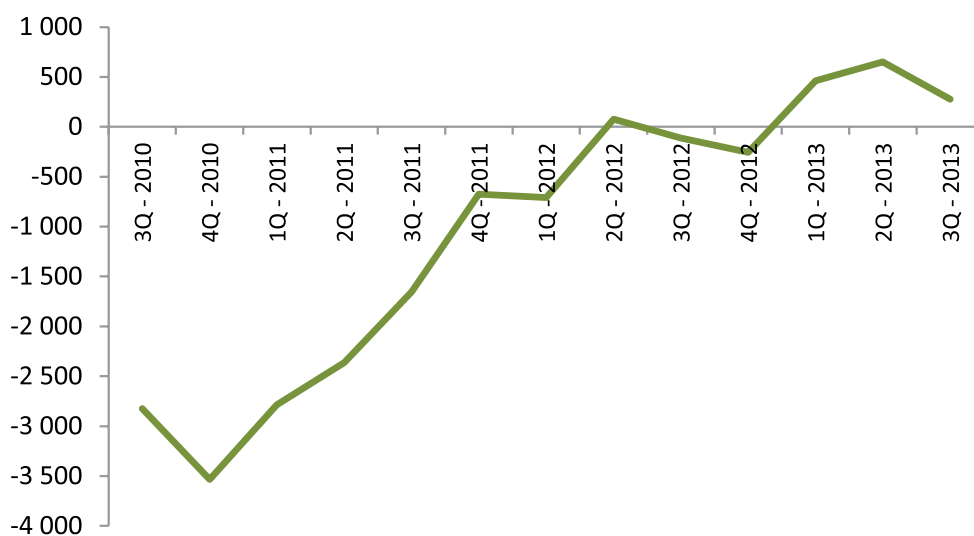


GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA

FONTE: INE

É esta conjuntura de melhoria dos indicadores económicos que permite a Portugal apresentar um decréscimo do PIB estimado em -1,8% em 2013, recuperando face à contração de -3,2% verificada em 2012.

Portugal	2010	2011	2012	2013 estimativa	2014 previsão
PIB	1,9%	-1,3%	-3,2%	-1,8%	0,8%
Procura Interna	1,8%	-5,2%	-6,7%	-3,4%	-0,8%
Exportações	0,8%	8,1%	4,1%	6,0%	4,9%
Importações	-2,3%	-5,0%	-11,3%	0,8%	5,6%
Inflação	1,4%	3,6%	2,8%	0,7%	1,0%
Desemprego	10,8%	12,7%	15,7%	17,4%	17,7%
Défice	-9,9%	-4,4%	-6,4%	-5,5%	-4,0%
Peso da Dívida	94,0%	108,4%	123,8%	123,6%	125,3%

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS ECONÓMICOS DE PORTUGAL

FONTES: FMI E OCDE (PROCURA INTERNA)

Esta evolução negativa do PIB resulta principalmente da queda significativa da procura interna (-3,4%), tanto da procura privada como da procura pública, num quadro de desalavancagem do sector bancário e de consolidação orçamental. Por outro lado, o aumento expressivo da carga fiscal também permitiu acomodar o elevado serviço da dívida decorrente do financiamento da Troika à economia portuguesa que em 2013 se cifrou em 123,6%.

Em 2013 continuámos a assistir ao aumento significativo da taxa de desemprego nos primeiros meses do ano, alcançando os 17,6% em fevereiro (ligeiramente superior ao valor registado no final do ano de 2012 de 17,3%). A partir do segundo trimestre a tendência de crescimento inverteu-se registando-se uma diminuição gradual deste indicador, sendo que os dados a dezembro revelam que a taxa de desemprego no país ascendeu a 15,4% de acordo com o Eurostat. De referir que apesar desta quebra, a redução no desemprego jovem (faixa etária entre os 15 e os 24 anos de idade) foi pouco significativa mantendo-se o valor na ordem dos 36% ao fim de 2013, quando em 2012 este valor registava 39%.

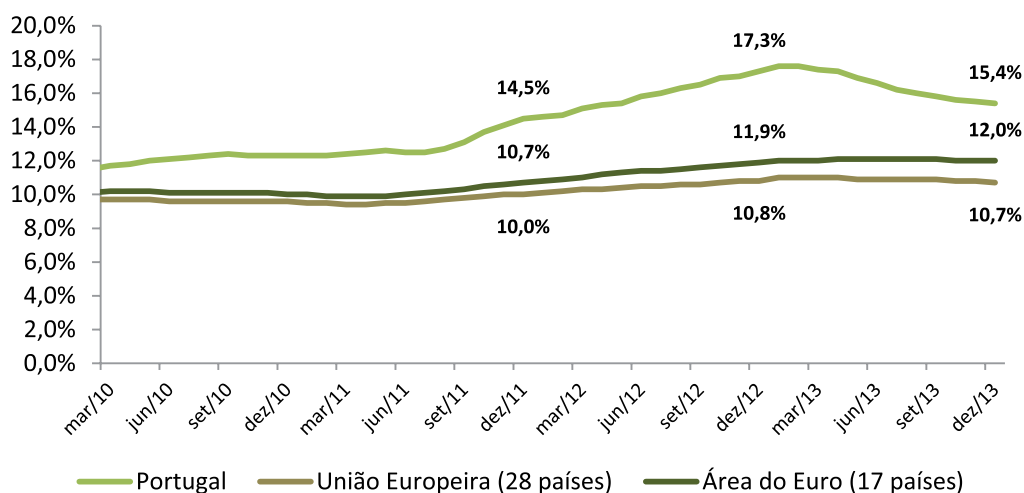


GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL

FONTE: EUROSTAT

No que concerne ao défice orçamental de Portugal em 2013, estima-se que se situe por volta dos 5,5% do PIB (excluindo a injeção de capital no BANIF avaliada em 0,4% do PIB), cumprindo com a meta definida com a Troika, após a revisão ocorrida aquando da Sétima Avaliação do MOU em março de 2013. Inicialmente o objetivo inscrito no MOU era de 4,5% do PIB para 2013 e 2,5% para 2014, passando a 5,5% e 4,0% respetivamente. No relatório sobre a décima avaliação ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o FMI diz esperar que "o objetivo para 2013 tenha sido alcançado com alguma margem".

2.3. Enquadramento Setorial

Relativamente à atividade, a carteira de empréstimos de instituições de crédito a particulares decresceu em 2013, terminando o ano a diminuir cerca de 4% face ao ano anterior. Saliente-se que o recurso ao crédito junto dos bancos destina-se maioritariamente ao financiamento da compra de habitação, representando este cerca de 83% do total do crédito concedido a particulares.

No que concerne às entidades de crédito especializado e de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Instituições de Crédito Especializado (adiante designado por ASFAC), o montante de novos créditos ao consumo concedidos pela globalidade das associadas cresceu ligeiramente em 2013, cerca de 1% face ao ano anterior, invertendo a tendências de redução dos últimos anos.

Neste contexto, o setor Automóvel, incluindo a atividade Leasing e ALD, apresentou um crescimento de 4%, sendo que na atividade Distribuição verificou-se um decréscimo de 3% e na atividade Direto uma redução de cerca de 3% face a 2012.

Em termos consolidados (Bancos, SFAC's e IFIC's), o mercado do crédito ao consumo decresceu cerca de 10% em 2013, atingindo um valor total estimado de cerca de 15,7 mil milhões de euros. Com base nestes dados, verificou-se que a quota de mercado do Banco BNP Paribas Personal Finance, em 2013, se situou em torno dos 7,4%.

3. Atividade Desenvolvida

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., opera sob a marca comercial Cetelem, sendo a sua atividade focada na concessão de crédito especializado, atuando no mercado através de acordos de parceria com estabelecimentos comerciais e de crédito comercializado diretamente a particulares.

3.1. Crédito Concedido

O volume de novos créditos totalizou, em 2013, cerca de 517 milhões de euros, num total de 306 mil novos contratos, dos quais cerca de 228 milhões de euros são referentes a Crédito Clássico – Equipamento do Lar, Automóvel e Empréstimo Pessoal – e os restantes 289 milhões de euros a cartões de crédito e linhas de crédito.

Cerca de 55% da produção anteriormente referida foi realizada através da rede de parceiros do setor do Lar – lojas de eletrodomésticos e móveis – cerca de 20% foi realizada através da rede de parceiros do setor Automóvel e Moto – marcas, agentes e *stands* multimarca – e os restantes 25% foram concedidos diretamente aos clientes.

Milhares de Euros	Total 2013	Δ 13/12
Lar	281.248	2%
Automóvel	104.502	-5%
Empréstimo Pessoal	131.181	-6%
Produção Total	516.931	-1%
Clássico	227.530	-9%
Cartões e Linhas de Crédito	289.401	5%

TABELA 3 – DETALHE POR SETOR DA PRODUÇÃO ANUAL

Setor do Lar

De acordo com dados relativos a 2013 do “Observador Cetelem”, estudo de mercado realizado pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, estima-se que o mercado do equipamento do Lar tenha estabilizado o Volume de Negócios (inclui vendas a crédito e vendas a pronto pagamento) face a 2012. De acordo com o mesmo estudo, estima-se que a evolução dos principais subsectores do mercado do Lar em 2013 tenha sido a seguinte:

- Mobiliário: -4%;
- Eletrodomésticos: -3%;
- Eletrónica de consumo: -8%;
- Informática: 8%;
- Bricolagem: 4%.

De uma forma geral, registou-se uma compensação entre setores, registando-se uma estagnação do mercado face a 2012, facto consistente com a recuperação do consumo privado no último semestre de 2013 depois de um contexto de austeridade que se viveu nos últimos anos. A principal evolução positiva aconteceu no mercado da Informática, impulsionado pelos novos produtos como os tablets, tendo crescido cerca de 8% face a 2012.

Setor Automóvel

O mercado Automóvel registou um crescimento de 12% nas matrículas de veículos ligeiros em 2013, segundo os dados do ACAP. Esta evolução positiva do mercado Automóvel justifica-se com a melhoria das expectativas dos consumidores, principalmente no segundo semestre. Em sentido inverso a concessão de crédito Automóvel pelo BNPP PF registou uma quebra de cerca de 5%.

No que respeita ao mercado Moto, assistimos à diminuição de cerca de 17% no total das matrículas face a 2012. De realçar que 80% das matrículas referem-se a motociclos de 125 centímetros cúbicos de cilindrada, em virtude das alterações legais implementadas no final de 2009 e que passam pela alteração das habilitações necessárias para a condução destas motos.

Setor do Crédito Pessoal

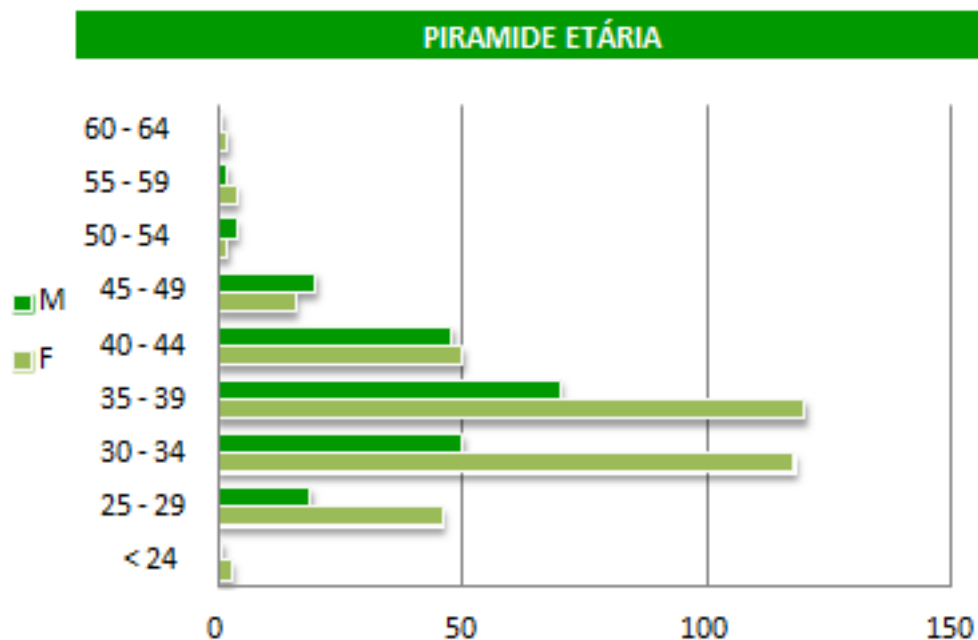
A atividade de Crédito Pessoal do Banco registou um decréscimo de cerca de 6% face ao ano transacto. Este desempenho foi ligeiramente pior que o mercado (dados ASFAC) que, em 2012, decresceu 3%.

3.2. Carteira de Créditos

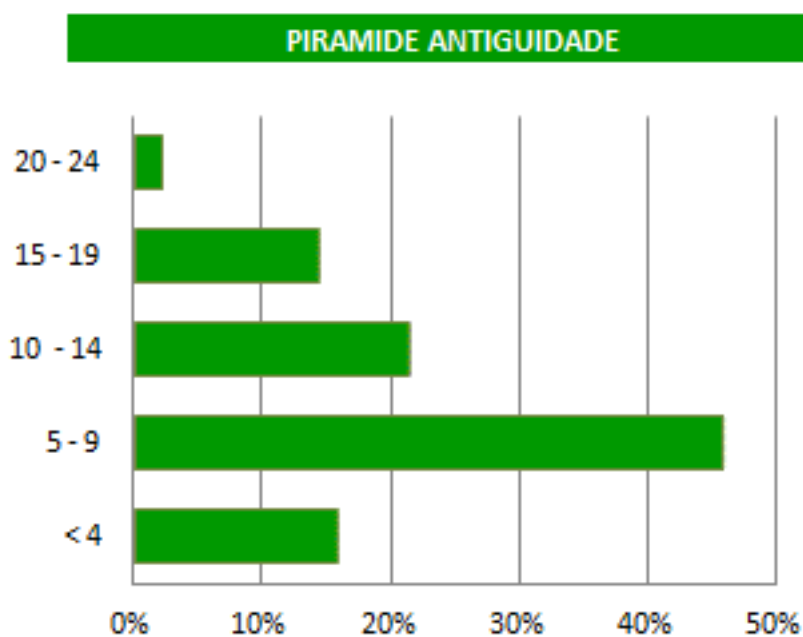
A carteira de crédito gerido totalizava no final do ano 1.132 milhões de euros repartidos por cerca de 773 mil contratos.

3.3. Recursos e Organização

A 31 de dezembro de 2013 o quadro de efetivos do Banco era constituído por 578 colaboradores, sendo a população composta por 63% de mulheres e 37% de homens, com uma idade média de 37 anos.



A Política de Compensações e Benefícios do Banco e a cada vez maior aposta numa Política de Recrutamento Interno leva-nos a um índice de *turnover* abaixo dos 3% e a uma antiguidade média na Empresa de 9 anos, sendo que 62% dos colaboradores apresentam uma antiguidade inferior a 10 anos e 17% dos colaboradores uma antiguidade superior a 15 anos.



No que se refere à distribuição geográfica de colaboradores, apesar da reestruturação tida no ano de 2013, o Banco mantém a sua política de concentração de estruturas de suporte em Lisboa (38%) e operacional em Gaia (62%).

Política Salarial

Tendo por base o objetivo a que o Banco se propôs pelo 2º ano consecutivo: Reavaliação dos salários mais baixos, tendo em conta a performance individual (Plano de Ação *Global People Survey* BNP Paribas 2012), em 2013 a Política de Compensações e Benefícios do Banco pautou-se pela consolidação e implementação dos princípios subjacentes à mesma, nomeadamente a equidade salarial, a credibilidade e transparência dos critérios e o seu ajustamento face à realidade do mercado e a recompensa pelo mérito individual.

Os resultados já surgem, sendo o *Global People Survey* BNP Paribas 2013 prova disso, com uma melhoria de resultados nas questões referentes à retribuição dos colaboradores.

Mobilidades | Recrutamento e Seleção

A preferência dada aos processos de recrutamento interno contribui fortemente para a motivação e progressão na carreira dos colaboradores.

Nesta linha de atuação, iniciou-se em 2013 a realização de Comitês de Mobilidade Grupo, participando os Recursos Humanos responsáveis pelo recrutamento e mobilidade das várias entidades do grupo, com o objetivo de preparar as condições, através de uma política de mobilidade única e processos uniformizados que visam fomentar a mobilidade e as oportunidades de carreira dentro do grupo.

No âmbito das mobilidades, ocorreram 69 mobilidades, das quais 3 geográficas e 1 para o grupo. As mobilidades estiveram relacionadas com processos de recrutamento interno, tendo sido divulgados 13 anúncios, com o processo de reestruturação do banco e com a necessidade de otimizar a estrutura produtiva. As mobilidades foram realizadas com base nos *inputs* das entrevistas de carreira realizadas e recorrendo a metodologias de avaliação objetivas.

A nível do recrutamento externo, foi necessário recorrer a 2 recrutamentos externos para satisfazer necessidades para as quais a empresa não dispunha de recursos com o perfil ajustado.

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho é uma pedra basilar na política de RH do Banco, enraizada nos valores do BNP Paribas e que contribui para o alcance das exigências atuais e futuras do negócio, mediante a avaliação do desempenho atual e o desenvolvimento dos recursos.

É uma medida chave da relação entre o Banco e o colaborador, sendo um dos principais objetivos da avaliação de desempenho proporcionar a responsáveis e colaboradores a oportunidade de disporem de um momento de partilha privilegiado e analisarem em profundidade aspetos relevantes para a função e para o crescimento dos colaboradores.

Política Formativa

Apresentam-se de seguida os indicadores relativos a volume de formação (em horas) e média de horas de formação por colaborador.

Rúbricas	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Acum 2013
Volume de Formação Global	10.233	7.789	4.704	5.382	28.108
Volume de Formação Interna	4.761	2.094	1.011	2.022	9.888
Volume de Formação Externa	5.472	5.695	3.693	3.360	18.220
Média de Horas de Formação por Trabalhador	17,23	13,19	7,99	9,3	47,71

Legenda:

Volume = Nº Participantes * Horas Ação

Média de Horas de Formação por Trabalhador = Volume Formação Global / Nº Efetivos Mês

PF Portugal Campus – Management Academy

Durante o ano de 2013, decorreu o primeiro Ano da *PF Management Academy*, em parceria com a *Porto Business School*, uma Escola de Negócios da Universidade do Porto, que tem por missão o ensino pós-graduado e a formação avançada em gestão, de carácter executivo.

A *Management Academy* funcionou como ferramenta de difusão e consolidação das competências de gestão do BNP Paribas Personal Finance.

Neste primeiro ano, participaram no programa um total de 105 *managers*, divididos em três turmas. Cada uma das turmas teve disciplinas, que foram customizadas entre a *Porto Business School* e o Banco, de forma a serem adaptadas aos três grupos de *managers*.

O objetivo global, partilhado no ano anterior, foi amplamente atingido, sendo um programa que irá decorrer por mais dois anos, onde continuaremos a trabalhar para que seja possível conseguir ligar de forma explícita os conteúdos das soluções de aprendizagem com os objetivos, a cultura e os desafios estratégicos do Banco.

3.4. Desenvolvimentos e Projetos

Do ponto de vista de desenvolvimentos e projetos, o ano de 2013 consagrou de forma privilegiada uma atenção particular em projetos de cariz estratégico, quer do ponto de vista comercial quer do ponto de vista operacional.

Há a destacar as seguintes concretizações:

Projetos técnicos de migração de sistemas:

Concretização da convergência e *upgrade* de sistemas de gestão de portefólio de crédito automóvel, e desenvolvimento e implementação de um *front-end* único específico para a atividade B2B.

Projetos no âmbito do Conhecimento de Clientes e Oferta:

Deu-se continuidade e prioridade aos temas relacionados com o alargamento de oferta, com o objetivo de expandir a carteira de produtos e serviços à disposição dos Clientes.

Foi também desenvolvida uma nova abordagem direcionada para um sistema de gestão único de tratamento de todos os contatos Cliente (*inbound* e *outbound*), cuja grande mais-valia é fornecer uma visão centralizada e permitir um atendimento mais ágil, reduzindo os tempos de processamento dos contatos e otimizando a eficácia operacional.

Projetos no âmbito de Desenvolvimento Comercial (B2B) como alavancas para o aumento da eficiência operacional:

Do ponto de vista do desenvolvimento comercial, foram privilegiadas as temáticas de simplificação de processos, com vista à redução de custos e melhoria da eficácia global – sempre numa ótica de procura de soluções inovadoras e que sustentem a abordagem estratégica ao mercado. Desta forma pretende-se melhorar a adaptabilidade da empresa aos efeitos do contexto económico e regulamentar particularmente difíceis.

Projetos de âmbito Transversal:

No âmbito transversal foram desenvolvidos projetos de melhoria contínua e de reforço de qualidade de serviço ao cliente, com vista à satisfação global dos clientes e adaptação dos dispositivos à organização e aos processos. Neste eixo em particular, destacamos a implementação de um projeto técnico de *upgrade* e uniformização da solução de telefonia.

De referir também o esforço e recursos alocados aos desenvolvimentos e adaptações de sistemas e processos para garantir a conformidade com a diretiva SEPA – *Single European Payments Area*, no que diz respeito a Débitos Diretos e Transferências e Crédito.

Projetos de carácter regulamentar:

No âmbito regulamentar, destaque para os diversos projetos realizados internamente com vista a dar resposta a novos requisitos definidos pelas entidades de supervisão. Neste capítulo de salientar os desenvolvimentos realizados nos sistemas operacionais decorrentes da regulamentação PARI-PERSI, bem como ao nível do branqueamento de capitais. Importa destacar igualmente toda a revisão ao nível dos sistemas decorrente da implementação do Decreto-Lei 58/2013, que impactou a componente de comissões cliente, nomeadamente a parametrização dos Juros de Mora e das penalidades de atraso e obrigou à revisão de todas as peças contratuais para os novos contratos.

3.5. Responsabilidade Social e Ambiental

No Banco BNP Paribas Personal Finance S.A., a responsabilidade social traduz-se na inclusão voluntária de preocupações com as questões sociais e ambientais nos serviços prestados pelo Banco, procurando sensibilizar colaboradores, clientes, parceiros de negócio, bem como o público em geral para estas temáticas.

Nesta perspetiva, a política de responsabilidade social do Banco assenta em vários eixos, desde o cumprimento da legislação aplicável à atividade do banco, garantindo a total transparência da informação prestada aos seus clientes, à aposta na qualidade e certificação do serviço de Provedor do Cliente, promovendo o diálogo constante com o cliente, associações de consumidores e entidades de supervisão. Destaca-se o apoio a iniciativas sociais em domínios como a educação financeira, solidariedade e proteção ambiental.

Educação:

No plano da educação, sob a máxima informar e formar, o BNP Paribas Personal Finance S.A. aposta num conjunto de ações com vista a promover o esclarecimento sobre as temáticas de crédito ao consumo.

Sessões de Literacia Financeira:

A par da manutenção e atualização de informação do site www.creditoresponsavel.com, o Banco tem vindo a realizar, desde finais de 2010, Sessões de Literacia Financeira em várias escolas secundárias da área da grande Lisboa e grande Porto. Com vista a dotar os jovens alunos de conhecimentos que venham no futuro a ser-lhes úteis enquanto consumidores responsáveis, o Cetelem já realizou mais de 100 sessões nas escolas do país, tendo sido formados já cerca de 7.500 alunos.

Em 2013, a par com as sessões de Literacia Financeira nas Escolas, foram realizadas algumas sessões dirigidas à população adulta:

- Sessões junto das Câmaras Municipais da região de Lisboa (5 sessões dadas a mais de 100 adultos);

- *Workshop* sobre gestão das finanças pessoais no IKEA (para clientes Ikea);
- Série de 3 sessões na colónia de férias da Ação Social da CM Oeiras (para crianças carenciadas).
- *Workshop* de gestão de Finanças pessoais para colaboradores do Grupo (*BNP Security Services* e *Arval*), num total de 33 horas de formação.

Outras iniciativas no plano da Educação:

O Cetelem participou, em 2013, em vários fóruns sobre o tema literacia financeira, com vista à partilha de conhecimentos e experiências na área:

- Conferência “Vários Olhares sobre a Crise”, organizada pelo Instituto Piaget;
- 4ª Conferência Internacional de Educação Financeira na Universidade de Aveiro

Em março 2013 foi divulgado um estudo realizado pelo Cetelem, sobre o nível literacia financeira dos Portugueses.

No mês de outubro, foi estabelecida uma parceria com a Universidade do Porto para assinalar o Dia Mundial da Poupança (31 de outubro), com o lançamento da “Literacia à *La Carte*”. Esta iniciativa decorre de um grupo de alunos da Faculdade de Economia que ganhou o “Concurso de Ideias” da “Educar” no Porto (Programa de Promoção da Literacia Financeira da mesma universidade) no ano letivo transato e consistiu na distribuição de 8000 individuais de tabuleiro com conteúdos económico-financeiros, pelas 11 cantinas do SASUP (Serviços Académicos e Sociais da Universidade do Porto).

Solidariedade

Na área da solidariedade engloba-se o apoio a associações e projetos de cariz social.

Apoio à casa de Acolhimento da Mão Amiga

O Banco apoia desde 2008 a Casa de Acolhimento Mão Amiga, um centro de acolhimento de crianças em risco, que visa proporcionar os cuidados básicos e o acompanhamento necessário para potenciar o desenvolvimento saudável destas crianças. A par de apoio financeiro são promovidas atividades junto das crianças contando com participação voluntária dos colaboradores do banco.



Entre outras colaborações destaca-se ainda:

- Presença na Mini Maratona de Lisboa, suportando o Banco a inscrição dos seus colaboradores, cujos fundos reverteram a favor da ANDAR (Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide) e na Corrida de São João no Porto, cujos fundos reverteram para a Liga Portuguesa contra o Cancro.
- Apoio, durante o primeiro trimestre do ano, ao projeto *Braille* do Grupo *Impresa Publishing*, através do patrocínio das revistas *Visão Braille* e *Visão Júnior Braille*.

- Campanha de recolha de fundos com a atribuição de donativo para o Programa Agentes Especiais da *Make-a-Wish* Portugal.
- Patrocínio no âmbito do projeto do grupo BNP Paribas, Mão2, programa que visa encorajar as iniciativas de interesse geral levadas a cabo por associações nas quais os colaboradores do grupo do BNP Paribas Portugal estão envolvidos a título voluntário;

Apoio a projetos no âmbito da política de Mecenato do BNP Paribas Portugal, tais como organização dos jogos Elimpicos da Elo Social, Jornadas noturnas com a associação CASA e a realização do Mercado de Natal.



Ambiente

As ações desenvolvidas neste âmbito visam a proteção do meio ambiente e a promoção de uma melhor gestão de recursos naturais.

Existe uma forte preocupação com a consciencialização, nomeadamente dos colaboradores, para estas questões. Práticas como a reciclagem de materiais ou alerta para consumo imprescindível de energia e água são já comuns, tem decorrido ações de sensibilização pontuais no decorrer do ano.

Para além destas ações junto dos colaboradores, o banco promove também a redução de consumo de papel junto dos seus clientes, colocando à sua disposição meios digitais, que permitem a consulta online do seu extrato e saldo de conta, sem necessidade de impressão e expedição do mesmo por parte do banco.

3.6. Qualidade

O Dispositivo de Qualidade assenta em três princípios orientadores de grande relevância e de atuação no contexto organizacional do Banco: a Transversalidade, a Independência e a Visibilidade.

Com a ambição do Dispositivo de Qualidade abarcar toda a estrutura organizacional do Banco e dada a importância da partilha de boas práticas e da necessidade de garantir a melhor conduta de todos os colaboradores e Departamentos, em 2013, foi, novamente reforçado o número de “Visitas de Qualidade” e a sua transversalidade a todas as áreas do Banco. Esta iniciativa, visa, também, manter o Comité Executivo informado, de uma forma isenta, sobre o quotidiano dos departamentos visitados e as necessidades / dificuldades dos Clientes e Colaboradores.

A partilha, entre os colaboradores e as chefias, das expectativas dos clientes e da perceção da sua relação com o Banco foi uma realidade frequente através do programa “Escutas Cliente” – uma aposta na proximidade.

Durante todo o ano de 2013 esteve sempre presente uma visão de melhoria contínua do serviço prestado aos clientes do Banco e de correção das anomalias identificadas a qual se traduziu numa diminuição do número de reclamações do cliente recebidas pelo Provedor do Cliente. O Provedor do Cliente é um serviço cujo Sistema de Gestão de Qualidade cumpre com os requisitos da norma ISO 9001:2008, sendo o garante do elevado padrão de qualidade e eficiência nos seus processos e metodologias.

Considerando a importância da Visibilidade, da medição constante do nível de Qualidade do serviço prestado pelo Banco e de conhecer a opinião dos nossos Clientes e Parceiros foram realizados Barómetros de Satisfação que permitiram a identificação, a análise e definição de Oportunidades de Melhoria. Para 2014, o Banco irá manter a realização destes barómetros, estando previsto um novo projeto para um Barómetro de Satisfação de Clientes em Recuperação de Crédito.

3.7. Risco

No final de 2013 o Crédito em Risco representava 19,0% do Crédito a Clientes Total, que compara com um valor de 23,6% em dezembro de 2012. No que respeita ao rácio de Crédito com Incumprimento sobre o Crédito Total, apurou-se um valor de 15,4% contra 17,6% em dezembro de 2012.

O rácio de Crédito a Clientes em Risco (líquido) face ao Crédito Total (líquido) ascendeu a 5% (contra 8% em 2012). O Crédito com Incumprimento (líquido) face ao Crédito Total (líquido) representava cerca de 0,3% em Dezembro de 2013, contra 0,7% no final de 2012.

Adicionalmente, o nível de cobertura do crédito vencido por provisões específicas para crédito vencido ascendeu a 98% (contra 97% em 2012).

Apresentamos de seguida os Rácios sobre Crédito Reestruturado definidos na Instrução 32/2013 emitida pelo Banco de Portugal.

Euros	2013	2012
CRÉDITO REESTRUTURADO		
(C1) Crédito a clientes (bruto)	1.128.247.947	1.272.574.543
(C2) Crédito a clientes Reestruturado	28.753.555	24.191.243
(C3) Crédito a clientes em Risco Reestruturado	27.948.396	22.775.766

%	2013	2012
Rádios Prudenciais		
Rácio Crédito Clientes Reestruturado / Crédito a Clientes (C2/C1)	2,55%	1,90%
Rácio Crédito Clientes em Risco Reestruturado / Crédito a Clientes (C3/C1)	2,48%	1,79%

3.8. Balanço e Conta de Exploração

Em 2013 os resultados líquidos gerados totalizaram 32,19 milhões euros, representando um acréscimo face ao ano anterior, tal como apresentado na tabela 6.

Principais indicadores económico-financeiros

Milhares de Euros	2013	2012	Δ 13/12
Resultados Líquidos	32.193	22.959	40%
Ativo Líquido	993.677	1.092.178	-9%
ROA (%)	3,24%	2,10%	1,14 p.p.
Capitais Próprios	127.422	128.105	-1%
ROE (%)	25,27%	17,92%	7,37 p.p.
Produto Bancário	121.939	126.311	-3,46%
Resultado Antes Imposto / Ativo Líquido Médio (%)	4,76%	3,00%	1,76 p.p.
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio (%)	11,99%	11,05%	0,93 p.p.
Resultado Antes Imposto / Capitais Próprios Médios (%)	37,97%	26,07%	11,90 p.p.

TABELA 6 – DETALHE DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O Ativo Líquido a 31 de dezembro de 2013 totalizava 994 Milhões de euros, o que representa uma redução de 9% face a 2012.

A evolução dos Capitais Próprios do Banco acompanha a evolução do Ativo do Banco, sempre no estrito cumprimento dos rácios de solvabilidade.

Evolução do Produto Bancário líquido da anulação de proveitos

Milhares de Euros	2013	2012	Δ 13/12
(+) Juros e rendimentos similares	116.676	129.350	-10%
(-) Juros e encargos similares	37.313	43.452	-14%
(=) Margem Financeira Bruta	79.362	85.899	-8%
(+) Comissões e Out. Res. Exploração	44.194	42.022	5%
(-) Encargos c/ Comissões	1.616	1.610	0%
(=) Produto Bancário	121.939	126.311	-3%

TABELA 7 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

Os juros e rendimentos similares registaram uma diminuição decorrente da quebra das taxas de usura, tal como os juros e encargos similares, contudo a quebra nos juros devedores foi superior à queda dos juros credores o que permitiu mitigar a redução na Margem Financeira Bruta (cerca de -8%). Por sua vez, o Produto Bancário registou um decréscimo de apenas 3% face a 2012, devido em grande parte ao contributo positivo da rubrica “Comissões e Outros Resultados de Exploração”, onde se verifica um aumento de 5% face ao ano transato.

Custos de Exploração

Os Gastos Administrativos e Custos com Pessoal totalizaram cerca de 47 milhões de euros em 2013, representando um decréscimo de 8% face a 2012 e que resultam dos esforços sobre a eficiência operacional e controlo dos custos.

	2013	2012
Custos Funcionamento / Activo Líquido (%)	4,74%	4,69%
Custos Pessoal / Custos Funcionamento (%)	38%	37%
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (%)	41%	44%
Custos Pessoal / Produto Bancário (%)	15%	15%

TABELA 8 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

3.9. Gestão dos Riscos Financeiros

O Banco centra a sua atividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os principais riscos a que está sujeito são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional (incluindo Risco de Sistemas de Informação, Risco Legal e de Recursos Humanos);
- Risco de Taxa de Juro;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Estratégia;
- Risco de *Compliance*;
- Risco de Reputação e Imagem.

Encontrando-se o Banco sujeito às políticas e metodologias de análise, cálculo e valoração de riscos definidas pelo Grupo BNP Paribas, importa destacar a relevância atribuída ao Risco de Crédito e ao Risco Operacional, riscos materialmente relevantes, para os quais o Banco aplica os seguintes métodos para o cálculo dos requisitos de fundos próprios:

- STANDARD para o Risco de Crédito e de Contraparte;
- AMA para o Risco Operacional, desde 01-01-2008.

No que concerne aos Testes de Esforço, definidos na Instrução 4/2011 do BdP, o Banco realiza periodicamente análises de sensibilidade, análises de cenário e reverse stress tests, com vista ao estudo do impacto de evoluções adversas nas principais variáveis do negócio, nomeadamente no risco de crédito. Os resultados destas análises são também reportados no âmbito da elaboração anual do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital regulamentar (ICAAP-Aviso 15/2007 do BdP).

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de incorrer numa perda económica nos empréstimos ou títulos de crédito, ocorrida ou potencial por responsabilidades assumidas, resultante da alteração da qualidade do crédito dos devedores do Banco, que pode eventualmente tornar-se *default*. A probabilidade de *default* e a recuperação prevista dos empréstimos ou títulos de crédito no evento de *default* são componentes chave para a avaliação da qualidade do crédito.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de ocorrência de uma perda económica resultante de uma inadequação ou falha nos processos internos, ou resultante de eventos externos, sejam eles atos deliberados, acidentais ou naturais. A gestão do risco operacional é efetuada através de uma análise de causa – evento – efeito.

Os processos internos podem envolver situações incluindo recursos humanos e/ou sistemas. Os eventos externos incluem (mas não limitados) cheias, incêndios, terremotos e ataques terroristas. As ocorrências verificadas no risco de crédito ou mercado como o *default* ou uma alteração de valor que afeta o risco de crédito ou de mercado não são tratadas no âmbito do risco operacional.

O risco operacional engloba riscos de recursos humanos, riscos legais, riscos fiscais, riscos de sistemas de informação, riscos de não conformidade, riscos ligados aos processos operacionais, à informação financeira publicada. O perímetro dos riscos envolvendo o risco operacional é tão vasto que faz com que a sua gestão assente em equipas especializadas com competências importantes e específicas para a avaliação e mitigação desses riscos. E isto verifica-se, em particular nas áreas como o Jurídico, Fiscalidade, Sistemas de Informação, Segurança, Finanças e também *Compliance*.

De acordo com a regulamentação francesa, o risco de não conformidade é o risco de ocorrência de sanções legais, administrativas ou disciplinares, juntamente com as perdas financeiras potencialmente significativas que um banco pode sofrer em resultado do não cumprimento de todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e padrões de boas práticas aplicáveis às atividades bancárias e financeiras (incluindo instruções emitidas por um corpo executivo, particularmente na aplicação de diretivas emitidas por uma entidade de supervisão). Por definição, este risco é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, o risco de *Compliance* é tratado separadamente pelo Banco, tendo em conta que certas implicações do risco de *Compliance* envolvem mais do que meras perdas financeiras, podendo mesmo danificar a reputação da instituição.

A gestão do Risco Operacional do Banco é assegurada pelo departamento de Gestão de Riscos.

Estando englobado no perímetro do Grupo BNP Paribas, o Banco aplica o Método Avançado ('AMA') para a determinação dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos operacionais desde 1 de Janeiro de 2008.

O cálculo de capital baseia-se em dados locais referentes aos incidentes operacionais históricos e incidentes operacionais potenciais valorizados de acordo com a referida metodologia, e na aplicação de modelos estatísticos que conjugam as diversas componentes de cálculo, sendo o mesmo afetado a cada país em função do Produto Bancário Líquido.

A partir da organização por processos de negócio e de suporte, são analisadas e quantificadas todas as "falhas" ocorridas e reportadas relativas a essas áreas, aferindo-se sobre os eventos, causas, consequências, efeitos (impactos financeiros), e levando, com conhecimento da Administração e do Comité de Direção, a implementação de ações e medidas corretivas para as principais falhas.

Os principais impactos verificados são inseridos e reportados ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

Toda a quantificação e análise dos incidentes históricos e potenciais são efetuadas tendo em conta os 7 eventos de risco operacional:

- Fraude Externa;
- Fraude Interna;
- Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Danos ocasionados a ativos físicos;
- Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema;
- Execução, entrega e gestão de processos.

A metodologia para a hierarquização dos eventos de risco assenta nas seguintes etapas: Descrição da disfunção; Causa; Frequência (nº de vezes que ocorre o evento); Consequência (risco potencial); Impacto (severidade); Nível de risco (cruzamento da frequência com a severidade).

A gestão dos riscos operacionais é também assegurada numa ótica de 'Governance', através da realização regular de comités específicos sobre a matéria, com a participação do Comité Executivo, assim como o reporte semanal das principais "falhas" ou "deficiências" detetadas, e respetivos planos de ação com vista a melhorar os processos, mitigar os riscos e minimizar os impactos financeiros.

Os principais incidentes ocorridos analisados e quantificados são também reportados diretamente ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

Toda a recolha de dados históricos e prospetivos, assim como a sua análise e quantificação são inseridas numa ferramenta do Grupo BNP Paribas (*FORECAST*), permitindo assim ao Grupo uma revisão frequente e detalhada dos dados e assegurar a sua qualidade e exaustividade. Existe também uma base local com todo o histórico dos incidentes ocorridos e respetiva análise, com um acompanhamento regular até à correção e conclusão da deficiência, que é alvo de reporte regular ao Comité de Direção do Banco.

Os controlos são frequentemente avaliados, a partir de uma grelha. Para cada incidente ocorrido ou potencial é efetuado um levantamento dos controlos existentes e, é avaliada a eficácia dos mesmos, numa perspetiva de mitigação dos riscos. O levantamento dos controlos existentes é, por sua vez, cruzado com informações recolhidas pelo Departamento de *Compliance*.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é materializado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfazamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. concede créditos maioritariamente a taxa fixa, sendo a sua atividade de concessão de crédito a taxa variável inferior a 4% do total créditos concedidos durante o ano e obtém o financiamento integralmente junto do Grupo em França (BNP Paribas Paris).

A carteira de crédito concedido a taxa variável indexada à Euribor a 3 meses é financiada através do recurso a empréstimos a taxa indexada à Euribor a 3 meses mas com uma liquidez até à maturidade do ativo subjacente, eliminando-se qualquer impacto decorrente de uma variação da taxa de juro.

No que respeita às operações realizadas a taxa fixa, o risco de taxa de juro máximo em que possamos incorrer será o resultante de eventuais diferenças de sobreposição entre a curva de amortização das necessidades de financiamento e a curva de amortização dos recursos, compostos por empréstimos a taxa fixa.

Destes factos resulta que não se verificam impactos significativos por variações da taxa de juro, justificando-se como tal que o nível de risco seja classificado de Reduzido.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco de o Banco ser incapaz de cumprir requisitos de liquidez ou de garantia, atuais ou futuros, previstos ou imprevistos, sem afetar as transações de rotina ou a sua posição financeira. Este risco pode surgir em resultado de uma total ou parcial falta de liquidez em certos ativos ou o desaparecimento de certas fontes de financiamento. Pode estar relacionado com o próprio Banco (risco de reputação) ou com fatores externos (crise em certos mercados).

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido através de uma política global de liquidez, aprovada pela Gestão Executiva do Grupo BNP Paribas. Esta política é baseada em princípios de gestão desenhados para serem aplicados tanto em condições normais como em situações de crises de liquidez. A posição de liquidez do Banco é avaliada com base em padrões internos, pontos de alerta e rácios regulamentares.

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido ao nível do Grupo BNP Paribas.

Risco de Estratégia

O Banco acompanha e monitoriza o risco de estratégia através de análises permanentes, em linha com as diretivas e práticas do Grupo BNP Paribas, dos impactos e resultados da adopção de estratégias, da implementação de decisões ou capacidade de resposta a novas estratégias, novos produtos, organizações ou atividades, considerando o respetivo peso no negócio.

Sob coordenação e aprovação do Conselho de Administração, a estratégia do Banco é aplicada através da Direção Geral e do Comité de Direção.

Risco de Compliance

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por definição, o risco de *Compliance* é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, algumas consequências de falhas ao nível da conformidade podem ter impactos além de uma perda financeira, podendo por em causa a reputação do Banco. O Banco implementou uma organização específica e processos para gerir o risco de *Compliance*.

Considerando a conjuntura atual e a relevância atribuída ao risco de *Compliance* pelas diretivas do Grupo BNP Paribas, o Banco acompanha o nível de risco de *Compliance*, analisando e controlando permanentemente o risco de incumprimento ou violação das obrigações legais e regulamentares, disposições contratuais, regras de conduta e de deontologia no relacionamento com clientes e entidades externas, e na prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e da fraude interna.

A avaliação e o seguimento do nível de risco são geridos a partir dos controlos da atividade de concessão de crédito, qualidade do serviço pós-venda, qualidade das parcerias comerciais, cumprimento das regras legais e regulamentares ao nível contratual, novos produtos, organizações e atividades, de prestações de serviço externas, bem como ao nível da publicidade e obrigações de reporte de informações a entidades reguladoras e outras entidades externas.

Existindo uma cultura intrínseca de controlo interno no seio do Banco, o acompanhamento e o envolvimento da gestão de topo de acordo com o Modelo de *Governance* definido são um ponto forte da organização, existindo um conhecimento permanente e tempestivo de todas as vertentes de *Compliance*, riscos associados, controlos e trabalhos desenvolvidos, deficiências identificadas medidas corretivas e estado de concretização das mesmas.

O acompanhamento e o conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco ao nível de *Compliance* são assim totalmente assegurados, quer por via das reuniões regulares de reporte, quer por via do envio dos relatórios de controlo permanente, quer ainda por via de vários Comitês de *Governance*.

Risco de Reputação e Imagem

O risco de reputação é o risco de danificar a confiança depositada numa instituição pelos seus clientes, contrapartes, fornecedores, colaboradores, acionistas, reguladores e qualquer outra parte interessada (*stakeholder*) cuja confiança seja condição essencial para que a instituição prossiga as suas operações do dia-a-dia.

O risco de reputação é essencialmente dependente de todos os outros riscos suportados pelo Banco e, excetuando rumores de mercado que levem a uma alteração na cotação das ações (este risco é incorrido diretamente pelos acionistas e não pode ser protegido pelo capital social do Banco), os seus impactos são incluídos em perdas estimadas incorridas para outras categorias de risco.

O Grupo BNP Paribas considera este risco não mensurável, sendo ele controlado e seguido através de procedimentos elaborados pela empresa (que definem regras e circuitos a respeitar) e controlos.

3.10. Gestão do Capital e Rácio de Solvabilidade

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direção Financeira e tem como objetivos:

- Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo Banco de Portugal;
- Assegurar o cumprimento das normas do Grupo BNP Paribas em termos de gestão de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que estabelece as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos compromissos e riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios.

Euros	2013	2012
FUNDOS PRÓPRIOS		
Capital Realizado	45.661.800	45.661.800
Prémios de Emissão	11.237.516	11.237.516
Reservas Legais e Resultados Transitados	38.329.582	48.246.814
Imobilizações incorpóreas / Ativos intangíveis	-1.932.104	-4.718.817
(A1) Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (Core Tier I)	93.296.794	100.427.313
(A2) Fundos Próprios de Base (Tier I)	93.296.794	100.427.313
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	0	0
(A3) Fundos Próprios Elegíveis Totais	93.296.794	100.427.313
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS		
Calculado de acordo com o Aviso 5/07 (Risco de crédito)	60.232.681	65.949.791
Calculado de acordo com o Aviso 9/07 (Risco operacional)	6.476.000	6.715.000
(B) Requisitos de Fundos Próprios Totais	66.708.681	72.664.791

%	2013	2012
Rácios Prudenciais		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (A3/B* 12,5)	11,19%	11,10%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (A2/B* 12,5)	11,19%	11,10%
Rácio Core Tier I (A1/B* 12,5)	11,19%	11,10%

TABELA 9 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Os Rácios de Solvabilidade, de Qualidade de Crédito, de Rendibilidade e de Eficiência apresentados neste documento estão conforme a Instrução 23/2012 emitida pelo Banco de Portugal.

Ainda em relação à Instrução 23/2012 não são publicados os rácios de Transformação apresentados na referida instrução, uma vez que a política comercial do Banco não contempla a captura de Depósitos de Clientes.

4. Perspetivas Futuras

Em 2014 a economia Portuguesa deverá registar o primeiro ano de crescimento económico desde 2010. Em particular, o consumo privado deverá beneficiar de um contexto macro económico mais favorável, uma taxa de desemprego em redução, ainda que a níveis historicamente elevados e de certa forma explicados pela emigração, e por índices de confiança dos consumidores a melhorarem. Esta expectativa foi já visível no 4º trimestre de 2013, altura em que os níveis de produção de crédito ao consumo progrediram 18% face a 2012.

Este contexto deverá permitir níveis mais elevados de concessão de crédito, contudo insuficientes para sustentar a tendência de redução da carteira total de crédito ao consumo no mercado português. Adicionalmente, as recentes alterações legislativas e regulamentares no domínio do crédito ao consumo terão em 2014 o seu impacto pleno, o que deverá colocar sob pressão os resultados das diferentes entidades do setor.

Dado este contexto, o Banco BNP Paribas Personal Finance definiu como eixos prioritários da sua estratégia os seguintes:

- A manutenção do controlo dos custos e da simplificação da sua estrutura operacional;
- O desenvolvimento da sua atividade, acompanhando a esperada evolução positiva do consumo
- A correta gestão das margens
- Reforçar a sua política de crédito responsável e sustentável e contribuir para a melhoria da imagem do crédito ao consumo junto da opinião pública.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da sua competência estatutária e da legislação aplicável, o Conselho aprovou a seguinte proposta de aplicação de resultados referente ao exercício de 2013, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Acionistas do Banco BNP Paribas Personal Finance:

Que o resultado líquido do exercício de 2013, no montante de 32.193.482,73 euros, seja aplicado como se segue:

- Reserva Legal (10% do resultado líquido): 3.219.348,27 euros;
- Distribuição de dividendos (3,15€ /ação): 28.766.934,00 euros;
- O restante, no montante de 207.200,46 euros, para reforço de Resultados Transitados.

6. Notas Finais

Terminado que foi mais um ano de atividade, vem o Conselho de Administração do Banco expressar os seus agradecimentos:

- Aos colaboradores em Portugal pela dedicação e empenho demonstrados no desempenho das suas funções;
- À estrutura central situada em França e aos colegas de outras filiais pelo apoio e colaboração recebidos;
- Ao Conselho Fiscal e aos Auditores, pelo interesse e disponibilidade demonstrados;
- Às autoridades financeiras e de tutela por toda a colaboração prestada ao longo do exercício.

Uma palavra ainda de agradecimento aos nossos Clientes e Parceiros pela preferência com que nos distinguiram, ajudando-nos a construir e reforçar o Banco BNP Paribas Personal Finance em Portugal.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jean-Marie Bellafiore, Presidente
Marie-Hélène Moreau Nollet, Vice-Presidente
Serge Le Bolès, vogal
Thierry Laborde, vogal
Jean Yves Moiron, vogal
Alain Van Groenendal, vogal

7. Bibliografia

- World Economic Outlook de Janeiro 2014 – Fundo Monetário Internacional
- European Economic Forecast Autumn 2013 – Comissão Europeia;
- Boletim Económico Inverno 2013 – Banco de Portugal;
- Dados de Crédito ao Consumo ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;
- Boletim Estatístico Mensal – Banco de Portugal;
- Eurostat
- Dados relativos à venda de viaturas ACAP – Associação Automóvel de Portugal.

2 | Demonstrações Financeiras



Banco BNPP Personal Finance

Demonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de Dezembro de 2013
(Expressas em euros)

		Notas / Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	19	116 675 517	129 350 341
66+67+6820	Juros e encargos similares	20	(37 313 450)	(43 451 690)
	MARGEM FINANCEIRA		79 362 067	85 898 651
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	21	21 379 629	21 658 218
68-6820	Encargos com serviços e comissões	22	(1 616 440)	(1 610 195)
-692-693-695(1)-696(1)-698-69900- 69910+832+833+835(1)+836(1)+838+ 83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	23		
-694+834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	24	574 950	
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	25	(488)	89
-691-697-699(1)-725(1)-726(1)+ 831+837+839(1)+843(1)+844(1)	Resultados de alienação de outros activos	26	1 705 939	(701 441)
-695(1)-696(1)-69901-69911-75-720- 721-722-723-725(1)-726(1)-728+ 835(1)+836(1)+83901+83911+840+ 843(1)+844(1)+848	Outros resultados de exploração	27	20 533 771	21 065 615
	PRODUTO BANCÁRIO		121 939 428	126 310 937
70	Custos com o pessoal	28	(17 933 509)	(18 891 255)
71	Gastos gerais administrativos	29	(29 185 734)	(32 376 842)
77	Depreciações e amortizações	10	(3 444 042)	(4 173 924)
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	8	1 264 996	1 276 498
78000+78001+78010+78011+7820+7821+ 7822-88000-88001-88010-88011-8820- 8821-8822	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	8	(23 130 663)	(37 780 249)
760+7620+7618+76211+76221+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+ 78002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-87211-87221-8723-8724- 8726-8730-8741-875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	8	(1 061 166)	(73 037)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		48 449 310	34 292 128
	Impostos			
65	Correntes	11	(16 138 387)	(12 019 833)
74+86	Diferidos	12	(117 441)	686 969
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS		32 193 482	22 959 264
72600+7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32 193 482	22 959 264
	Outro Rendimento Integral do Exercício			
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		32.193.482	22.959.264

Banco BNP Paribas Personal Finance, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31-12-2013	31-12-2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e rendimentos recebidos	119.206.688	115.216.690
Juros e gastos pagos	(21.753.297)	(27.035.077)
Serviços e comissões recebidas	29.309.345	28.385.171
Serviços e comissões pagas	(12.697.766)	(11.551.299)
Recuperações de crédito e juros previamente abatidos	2.314.453	2.765.122
Pagamentos a empregados e fornecedores	(41.868.616)	(44.956.101)
	74.510.807	62.824.506
Varição nos Activos Operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(2.000.000)	-
Crédito a clientes	48.491.948	62.499.014
Derivados activos de negociação	-	-
Derivados activos de cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	(410.006)	(1.066.535)
Outros activos operacionais	1.229.440	11.726.505
Varição nos Passivos Operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(96.913.085)	(105.136.241)
Recursos de Clientes e Empréstimos	(425.520)	(882.582)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros associados a activos financeiros transferidos	-	-
Derivados passivos de negociação	-	-
Derivados passivos de cobertura	(64.828)	(699.172)
Outros Passivos operacionais	23.196.493	17.051.242
	(26.895.558)	(16.507.769)
Impostos sobre Lucros Pagos	(15.080.099)	(13.704.809)
	32.535.150	32.611.928
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisições de Investimentos em Filiais e Associadas	-	-
Dividendos recebidos e outros proveitos	-	-
Compra de activos financeiros disponiveis para venda	-	-
Venda de activos financeiros disponiveis para venda	679.950	-
Aquisições de activos intangiveis e outros activos tangiveis	(1.224.552)	(1.423.779)
Alienações de activos intangiveis e outros activos tangiveis	1.419	18.295
	(543.183)	(1.405.484)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Emissão de Passivos Subordinados	-	-
Amortização de dívida titulada	-	-
Juros de dívida titulada	-	-
Aumento de Capital	-	-
Distribuição de dividendos	(32.876.496)	(31.050.024)
	(32.876.496)	(31.050.024)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(652)	-
	(885.181)	156.420
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	2.456.577	2.300.157
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	1.571.396	2.456.577
	(885.181)	156.420

Banco BNPP Personal Finance

Demonstração de alterações dos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2013
(Expressas em euros)

Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
	Posição 31.12.2011	45.661.800	-	-	11.237.516	18.205.102	-	35.087.630	-	-	-	26.004.108
Distribuição do Resultado do exercício de 2011												
Distribuições de dividendos e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(12.785.304)	-	-	-	(18.264.720)	(31.050.024)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	2.600.411	-	5.138.977	-	-	-	(7.739.388)	(0)
Transferência de prémios de emissão para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	2.600.411	-	(7.646.327)	-	-	-	(26.004.108)	(31.050.024)
Resultado líquido do período											22.959.264	22.959.264
Posição a 31.12.2012	45.661.800	-	-	11.237.516	20.805.513	-	27.441.303	-	-	-	22.959.264	128.105.394
Distribuição do Resultado do exercício de 2012												
Distribuições de dividendos	-	-	-	-	-	-	(12.328.688)	-	-	-	(20.547.810)	(32.876.498)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	2.295.926	-	115.528	-	-	-	(2.411.454)	-
Transferência de prémios de emissão para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	2.295.926	-	(12.213.161)	-	-	-	(22.959.264)	(32.876.498)
Resultado líquido do período											32.193.482	32.193.482
Posição a 31.12.2013	45.661.800	-	-	11.237.516	23.101.439	-	15.228.143	-	-	-	32.193.482	127.422.380
Valor em balanço	45.661.800	-	-	11.237.516	23.101.439	-	15.228.143	-	-	-	32.193.482	127.422.380

3 | Notas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2013 e de 2012



Aspetos Gerais

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., (Banco), é uma Instituição Financeira cuja atividade está agora regulada pelo Decreto – Lei n.º 298/92 de 31 de dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos – Lei 246/95 e 232/96, tendo sido criada em 30 de maio de 2003 por transformação da sociedade Cetelem SFAC, S.A. e incorporação da totalidade dos ativos, passivos e relações contratuais que constituíam o Banco Cetelem – Sucursal, S.A., estabelecimento em Portugal da Cetelem, S.A. (instituição de crédito de direito francês).

A Instituição tem a sua sede social no Centro Empresarial das Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 15º, em Lisboa e opera atualmente com duas delegações – Lisboa (Sede) e Gaia.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. é especializado na concessão de crédito ao consumo, apesar dos seus estatutos lhe permitirem a realização de todas as atividades geralmente permitidas aos bancos. O seu capital social, de 45.661.800 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado e é representado por 9.132.360 ações ao portador de 5 Euros cada.

Os acionistas de referência são a casa-mãe do grupo em França, o ‘BNP Paribas Personal Finance, S.A.’ (anteriormente ‘Cetelem, S.A.’) que, por sua vez, integra o grupo BNP Paribas.

Em 29 de maio de 2009, o Banco Cetelem, S.A. procedeu à aquisição da Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A., entidade detentora de 100% do capital social e dos direitos de voto do Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A. e da Fideplus – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda., com o objetivo de vir a criar uma única entidade, referência no mercado do crédito ao consumo em Portugal.

Com a concretização da fusão entre as sociedades, por escritura pública registada em 28 de janeiro de 2010, o Banco Cetelem, S.A. incorporou os ativos e passivos das entidades pertencentes ao universo Cofinoga em Portugal, que se extinguiram nessa mesma data. Em consequência da fusão, foi também alterada a denominação social da sociedade incorporante para “Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.”.

Notas

Nota 1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Comparabilidade

As demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Desde 1 de janeiro de 2006 que as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias previstas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manteve, até 2008, o regime definido pelo Banco de Portugal.

A partir de 2008, as contas individuais do Banco passaram igualmente a integrar o conceito de imparidade, tal como definido no normativo IAS 39, através da aplicação da metodologia definida pelo Grupo para efeitos de apresentação das contas consolidadas.

No âmbito do processo de aquisição suprarreferido, a sociedade procedeu ao reconhecimento de valor de diferença de primeira consolidação, no montante de cerca de 181 milhões de euros - correspondente à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas adquiridas.

Visando assegurar a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira pós-fusão, adotando critérios de prudência, por um lado, e tendo também em consideração a dificuldade de avaliação da evolução do justo-valor dessa diferença, dada a plena integração de atividades, foi tal diferença refletida nas contas de 2010 diretamente por contrapartida de débito de Capital Próprio.

Nota 2 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Banco classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1 Ativos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros designados na opção de justo valor. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objetivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respetivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilística”);
- um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como ativos financeiros detidos para negociação, exceto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.2 Créditos e Outros Valores a Receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, acrescido das receitas e despesas associadas à contratação das operações de crédito, que são periodizadas na proporção do registo dos respetivos juros.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica crédito a clientes reflete o capital ainda não vencido e o capital, juros e outros valores contidos nas prestações vencidas e não pagas. Estes últimos estão distribuídos por classes de risco que refletem o escalonamento temporal do capital, juros e outros valores vencidos, em função do período decorrido após o respetivo vencimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por pagar há mais tempo.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco.

Os créditos designados como ativos cobertos são valorizados de acordo com a política descrita na nota 2.3.1 – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura – Derivados de cobertura.

O princípio contabilístico da especialização dos exercícios é seguido relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere aos juros contidos nas prestações de contratos de crédito e aos juros de financiamento obtido que são contabilizados como proveitos ou custos, respetivamente, à medida que vão sendo gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

No entanto, sempre que uma operação ativa se encontra vencida há mais de 3 meses, procede-se à anulação dos respetivos juros, os quais só serão considerados proveitos no momento em que forem efetivamente recebidos.

Imparidade associada ao crédito a clientes

Conforme referido na nota 1, desde 2008 que o Banco passou a considerar nas suas contas locais o diferencial positivo existente entre o valor das perdas potenciais por imparidade, determinadas de acordo com a metodologia definida pelo Grupo para efeitos de preparação das contas consolidadas, de acordo com o definido na IAS 39, e o valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo Aviso 3/95.

A 31 de dezembro de 2013, a imparidade de crédito a clientes determinada de acordo com a metodologia definida pelo Grupo, em aplicação da norma IAS 39, não apresenta qualquer diferencial face ao valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo aviso 3/95 do Banco de Portugal, situação idêntica à ocorrida em dezembro de 2012.

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

Dadas as características da carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente ao crédito concedido a parceiros de negócio, sendo a restante carteira, referente a crédito de pequenos montantes concedido maioritariamente a particulares, analisada numa base coletiva.

Para os ativos analisados coletivamente, o Grupo identifica segmentos de negócio relativamente aos quais estima os fluxos de caixa futuros com base na análise histórica do comportamento de carteiras com características semelhantes, sendo posteriormente atualizados à taxa de juro contratual.

A metodologia utilizada pelo Grupo para determinação das perdas por imparidade associadas ao crédito utiliza pressupostos determinados com base na experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a metodologia utilizada reflete de forma adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

2.1.3 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2 Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados.

2.3 Instrumentos Financeiros Derivados e Contabilidade de Cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercado ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

A sociedade possuía unicamente derivados de cobertura, os quais se venceram a 31 de março de 2013.

2.3.1 Derivados de Cobertura

O Banco disponha até março de 2013 de uma carteira de derivados de taxa juro para cobertura de justo valor do ativo, nomeadamente crédito a clientes. A sociedade dispõe de documentação da relação de cobertura, identificando o instrumento que estava a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura estão registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação de justo valor de ativos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto e à parte eficaz da cobertura, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos ou passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, os derivados são reclassificados para negociação, sendo o valor de reavaliação dos instrumentos cobertos reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

2.4 Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

O Banco, às datas de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não possui no seu ativo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

2.5 Reconhecimento de Juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6 Reconhecimento de Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.7 Ativos Intangíveis

O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso de cartões privativos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos para o *software* e despesas de desenvolvimento, no caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos) e pelo período pelo qual o direito de ingresso foi contratado (7 anos).

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8 Outros Ativos Tangíveis

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Com exceção do imobilizado em curso, que será amortizável apenas a partir da sua entrada em funcionamento, todos os bens são amortizados por duodécimos, pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 durante os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Nº Anos
Obras em edifícios arrendados	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Mobiliário e Material	8 - 10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

2.9 Locação Financeira

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

a) Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em rendimentos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

b) Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo, na rubrica “Outros ativos tangíveis” por contrapartida da rubrica “Outros passivos”, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em gastos e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.10 Ativos Recebidos por Recuperação de Crédito

A política do Banco para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os ativos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de ativos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- existência de um plano de venda;
- ativo estar disponível para venda imediata;
- a venda ser altamente provável;
- o preço de venda ser coerente com os preços de mercado e
- ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes ativos são inicialmente registados pelo menor valor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos assim determinadas são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão, em que foram reconhecidas anteriormente.

2.11 Provisões

São reconhecidas provisões quando o Banco (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.12 Benefícios aos Empregados

A sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

O bónus a empregados atribuído pelo Banco é contabilizado em resultados no exercício a que respeitam.

2.13 Fiscalidade

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e correspondente Derrama.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo ativo ou liquidado o passivo.

2.14 Relato por Segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.15 Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.16 Principais Estimativas e Incertezas Associadas à Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

a) Imparidade para crédito a clientes

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de reforço da imparidade associada ao crédito a clientes, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

b) Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

c) Justo valor de derivados e ativos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

Nota 3 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Fundos de Caixa	1.000	1.000
Caixa - Agências	10.738	6.132
Total	11.738	7.132

Nota 4 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Instituições de Crédito no País		
BNP Paribas	582.758	480.388
Outras Instituições de Crédito	976.900	1.969.120
Total	1.559.658	2.449.507

Nota 5 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica, continha a 31 de dezembro de 2012 o montante de Euros 105.000, referente à participação financeira na sociedade EFFICO - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A, constituída em 19 de fevereiro de 2003, relativa a 2.100 ações representativas de 15% do capital, valorizada ao custo de aquisição. A 29 de abril de 2013 a referida participação foi alienada (ver nota 26).

Valores em EUR	Valor Nominal	V. Médio Aquisição	Cotação	V. Balanço 31-12-2013	V. Balanço 31-12-2012
Títulos - Emitidos por residentes					105.000
Total					105.000

Nota 6 - Aplicações em Instituições de Crédito

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Depósitos a prazo	2.000.000	0
Juros depósitos a prazo	22	0
Total	2.000.022	0

Nota 7 - Crédito a Clientes

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Crédito Interno		
Empresas		
- Crédito Clássico	35.522.994	35.693.141
- Locação Financeira	38.447.780	38.016.849
- Aluguer Financeiro	11.954.221	14.167.992
- Contas Correntes	15.405.759	9.507.913
Subtotal Empresas	101.330.754	97.385.894
Particulares		
- Habitação	1.446.055	1.599.830
- Crédito Clássico	515.046.833	583.781.457
- Locação Financeira	34.784.872	39.136.235
- Aluguer Financeiro	17.296.672	20.017.525
- Contas Correntes	270.813.539	295.209.960
- Correção de Valor de Ativos Objeto de Cobertura	-	59.116
Subtotal Particulares	839.387.971	939.804.123
Total de Crédito Interno	940.718.724	1.037.190.017
Crédito e Juros Vencidos		
- Menos de 90 dias	3.722.340	4.983.225
- Mais de 90 dias	169.794.859	216.611.297
Subtotal	173.517.199	221.594.522
Despesas e Receitas com Encargo Diferido		
- Despesas com Encargo Diferido	19.012.811	19.740.903
- Juros a Receber de Clientes	7.237.940	8.176.143
- Receitas com Rendimento Diferido	(6.872.302)	(8.006.258)
Subtotal	19.378.449	19.910.788
Total Bruto de Crédito a Clientes	1.133.614.373	1.278.695.327
Provisão p/ Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa		
- Para Crédito de Cobrança Duvidosa	(11.459.663)	(14.673.530)
- Para Crédito Vencido	(162.531.794)	(206.639.600)
- Imparidade p/ Risco Crédito (norma Grupo)	0	-
Subtotal	(173.991.457)	(221.313.130)
Total Líquido de Crédito a Clientes	959.622.916	1.057.382.197

A rubrica Crédito Interno é constituída por contratos de crédito Lar (eletrodomésticos, móveis), crédito automóvel, crédito pessoal (para melhoramento do lar e outros fins) e crédito em contas correntes.

A rubrica Crédito e Juros vencidos refere-se aos valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos (gestão contenciosa).

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias são anulados, sendo reconhecidos apenas no momento em que sejam efetivamente recebidos.

A cobertura relativa do crédito e juros vencidos pelas provisões para crédito vencido em dezembro de 2013, é de 94% (similar a dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal.

O movimento ocorrido nas provisões entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é apresentado na Nota 7 - Provisões e Imparidade.

A exposição de crédito vincendo por duração residual apresenta-se com a seguinte repartição:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Crédito Interno		
Até 3 meses	72.820.959	74.000.344
De 3 meses a 1 ano	143.410.811	159.371.122
De 1 ano a 5 anos	400.892.938	435.821.288
Mais de 5 anos	52.780.477	72.787.304
Duração indeterminada (Crédito em conta corrente)	270.813.539	295.209.960
Total	940.718.724	1.037.190.018

O Crédito e juros vencidos apresentam a seguinte repartição por classes de atraso:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	3.722.340	4.983.225
De 3 meses a 1 ano	3.175.672	4.922.204
Mais de 12 meses	166.619.187	211.689.093
Total	173.517.199	221.594.522

Nota 8 - Provisões e Imparidade

O movimento ocorrido em Imparidade e Provisões entre 31.12.2013 e 31.12.2012 foi o seguinte:

Valores em EUR	31-12-2012	Constituições Reforços	Reposições Anulações	Utilizações	Transferências e outros	31-12-2013
Provisões						
Para Riscos Gerais de Crédito	14.877.476	3.064.841	(4.405.012)		-	13.537.305
Outros riscos e encargos	1.031.408	163.388	(88.213)		-	1.106.583
Subtotal Provisões	15.908.884	3.228.229	(4.493.225)		-	14.643.888
Imparidade de ativos financeiros						
Imparidade de crédito a clientes	221.313.130	32.083.749	(8.953.086)	(70.452.336)		173.991.457
Para crédito e juros vencidos	206.639.600	30.214.955	(3.870.425)	(70.452.336)		162.531.794
Para crédito de cobrança duvidosa	14.673.530	1.868.795	(5.082.661)			11.459.663
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	262.684	181.529	(297.483)	-	-	146.730
Imparidade de ativos intangíveis	-	1.177.121				1.177.121
Subtotal Imparidade	221.575.814	33.442.399	(9.250.569)	(70.452.336)	-	175.315.308
Total	237.484.698	36.670.628	13.743.794	(70.452.336)	-	189.959.196

Nota 9 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que se segue:

Valores em EUR	31-12-2013			31-12-2012
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos - viaturas recuperadas	351.837	(145.531)	206.306	552.955
Imóvel - Ramalde (Porto)	507.604	(1.199)	506.405	499.616
Total	859.441	(146.730)	712.711	1.052.571

Nota 10 - Ativos Tangíveis e Intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respetivos saldos entre 31 de dezembro de 2012 e de 2013:

Valores em EUR	31-12-2012		Movimentos		Abates		Amortização Período	Imparidade Período	31-12-2013		
	Valor Bruto	Amort. Acum.	Aquis.	Transfer.	V. Bruto	Am. Acum			V. Bruto	Amort. Acum.	V. Líquido
Outros Ativos Tangíveis											
Obras em Imóveis Arrendados	7.078.805	(3.853.201)	1.021	68.741	-	-	(577.000)	-	7.148.567	(4.430.202)	2.718.366
Equipamento:											
Mobiliário e material	1.814.697	(1.383.514)	-	-	-	-	(117.362)	-	1.814.697	(1.500.876)	313.822
Máquinas e ferramentas	941.295	(812.867)	765	-	-	-	(62.787)	-	942.059	(875.653)	66.406
Equipamento informático	9.006.664	(8.514.396)	545.641	216.522	1.799.294	(1.799.294)	(376.884)	-	7.969.533	(7.091.985)	877.548
Instalações interiores	2.117.546	(1.813.498)	-	-	6.154	(6.154)	(99.848)	-	2.111.392	(1.907.192)	204.200
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de segurança	634.416	(455.672)	9.490	-	-	-	(56.944)	-	643.906	(512.616)	131.290
Outros ativos	33.537	(33.537)	-	-	-	-	-	-	33.537	(33.537)	0
Imóveis em regime de locação financeira	171.062	(23.093)	-	-	-	-	(2.566)	-	171.062	(25.659)	145.403
Imobilizado em curso	158.688	-	126.575	(285.264)	-	-	-	-	(0)	-	(0)
	21.956.710	(16.889.779)	683.492	-	1.805.448	(1.805.448)	(1.293.390)	-	(20.834.753)	16.377.720	4.457.033
Ativos Intangíveis											
Despesas de estabelecimento	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0
Despesas de invest. e desenvol.	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0
Marcas e patentes	1.986	(1.986)	-	-	-	-	-	-	1.986	(1.986)	(0)
Custos plurianuais	7.203.832	(6.302.712)	-	-	-	-	901.120	-	7.203.832	(7.203.832)	(0)
Sist. Tratam. Aut. Dados	14.139.252	(11.083.536)	279.961	222.443	-	-	(1.249.532)	(1.177.121)	(14.641.656)	(13.510.188)	1.131.468
Imobilizado em curso	761.980	-	261.099	(222.443)	-	-	-	-	800.636	-	800.636
	22.107.050	(17.388.233)	541.060	-	-	-	(2.150.652)	(1.177.121)	22.648.110	20.716.006	1.932.104
Ativo Imobilizado	44.522.371	(31.985.533)	1.224.551	-	1.805.448	(1.805.448)	(3.444.042)	(1.177.121)	43.482.862	(37.093.727)	6.389.138

Nota 11 - Ativos e Passivos por Impostos Correntes

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Imposto corrente sobre os lucros (1+2+3+4)	16.138.387	12.019.833
Imposto sobre os lucros do exercício (1)	15.378.405	11.622.549
Contribuição do setor bancário (2)	497.267	520.910
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto s/lucros (3)	262.715	1.891
Correções de liquidações fiscais (4)	-	(125.517)
Pagamentos por conta (5)	(10.516.926)	(7.278.588)
Retenções na fonte por terceiros (6)	-	(6)
IRC a pagar (1+5+6)	4.861.479	4.343.955
IRC a recuperar	-	-
Resultado antes de imposto	48.449.310	34.292.128
Taxa efetiva de imposto	33,31%	35,05%

O imposto sobre o rendimento do período apurado com referência a 31 de dezembro de 2013, ascende a 16 138 387 Euros, dos quais 10 516 926 Euros já foram liquidados através de pagamentos por conta. Como resultado apurou-se 4 861 479 Euros de imposto a pagar. A rubrica "Correções de liquidações Fiscais" a 31 de dezembro de 2012 evidencia um reembolso de imposto relativo a IRC de 2002 da sociedade ex-Credifin. A taxa efetiva de imposto ascende a 33,31% em 2013 (35,05% em 2012).

A diferença para as taxas legais em dezembro de 2013 deriva essencialmente dos seguintes fatores:

- 1) O acréscimo de despesas não aceites fiscalmente no montante de 1 314 971 euros;
- 2) O acréscimo de depreciações e amortizações não aceites fiscalmente no valor de 1 181 818 euros;
- 3) A anulação do acréscimo de custos não aceites fiscalmente constituído no ano transato no montante de 1 350 000 euros.
- 4) A Reversão de ajustamentos de perdas por imparidade tributadas no ano anterior no valor de 1 142 113 euros.

Nota 12 - Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Valores em EUR

Base de Imposto Diferido	Base 31-12-2012	Acréc./Deduções Fiscais de 2013	Base 31-12-2013
Ativo			
Provisões específicas para crédito	2.310.940	(1.171.916)	1.139.024
Provisões p/Riscos Gerais de Crédito	13.208.138	(82.700)	13.125.438
Outras Provisões Tributadas	1.350.000	(525.000)	825.000
Outras Provisões p/Riscos e encargos	627.090	1.336.441	1.963.531
Total	17.496.168	(443.175)	17.052.993

Os valores de ativos por impostos diferidos (no montante de 4 519 043 euros) são calculados, fundamentalmente, sobre provisões constituídas não aceites fiscalmente.

Valores em EUR

Imposto Diferido	Imposto Diferido 31-12-2012	Reconhecimento Exercício 2013	Imposto Diferido 31-12-2013
Ativo			
Provisões específicas para crédito	612.399	(310.558)	301.841
Provisões p/Riscos Gerais de Crédito	3.500.157	(21.915)	3.478.241
Outras Provisões Tributadas	357.750	(139.125)	218.625
Outras Provisões p/Riscos e encargos	166.179	354.157	520.336
Total	4.636.484	(117.441)	4.519.043

Nota 13 - Outros Ativos

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Outros devedores		
- Sector Publico Administrativo	850.474	850.456
- Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária	391.325	31.636
- Clientes c/c	6.988.872	4.501.011
- Adiantamentos a advogados e agentes de execução	451.820	477.028
- Fundo maneo a colaboradores	22.890	13.171
- Seguros de crédito e outros	229.466	197.450
- Impostos a receber de clientes	-	-
- Devedores diversos	1.722.878	1.923.685
Subtotal	10.657.725	7.994.437
Outros Redimentos a receber		
- Comissões de intermediação de seguros	3.317.898	3.104.583
- Gestão de cartões	1.079.258	1.684.269
- Outros	50.133	60.605
Subtotal	4.447.289	4.849.457
Despesas com encargo diferido		
- Rendas a alugueres	132.918	135.848
- Contratos de manutenção pagos	379.888	486.156
- Campanhas de publicidade	-	810
- Seguros	28.316	30.100
Subtotal	541.122	652.914
Outras contas de regularização		
- Valores cobrados - créditos a imputar	120.938	280.860
- Impostos a Receber	1.043.009	1.057.867
- Despesas de dossier a cobrar de clientes	311.660	208.768
- Seguros pagos One-Shot	-	-
- Outras operações a regularizar	1.739.884	1.715.495
Subtotal	3.215.491	3.262.990
Total	18.861.629	16.759.799

O montante de 850 474 Euros (dezembro de 2012: 850 456 Euros), evidenciado na rubrica "Setor Público Administrativo", refere-se na sua totalidade a IVA a recuperar que se decompõe da seguinte forma:

Durante o exercício de 2009, o ex-Credifin procedeu a uma revisão da fiscalidade aplicável às comissões cobradas, em sede de IVA e Imposto de Selo, no âmbito da concessão de crédito em operações de crédito clássico, resultando das mesmas o valor de 850 mil euros ainda por recuperar.

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária" regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizadas nos dias seguintes.

A rubrica "Clientes c/c" compreende, nomeadamente, contas correntes com parceiros de negócio por serviços prestados pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A..

A rubrica "Adiantamentos a advogados e agentes de execução" diz respeito aos adiantamentos feitos à rede de advogados dedicada à recuperação de créditos pela via Judicial.

A rubrica "Seguros de crédito e outros" respeita aos valores que se encontram em atraso de pagamento relativos ao financiamento do seguro de crédito.

A rubrica "Devedores Diversos" compreende, nomeadamente, os pré-financiamentos a parceiros de negócio entretanto anulados e já faturados.

A rubrica de "Comissões de intermediação de seguros" respeita a comissões e valores de participação nos resultados a receber das companhias de seguros com quem a sociedade opera.

Em dezembro de 2013, o saldo da rubrica "Gestão de cartões" respeita a custos com a emissão e gestão de cartões de fidelidade faturados a parceiros de negócio.

A rubrica "Despesas com encargo diferido" compreende, nomeadamente, a especialização de contratos.

O saldo de "Valores cobrados - créditos a imputar" respeita a recebimentos efetuados nas agências, ainda não depositados no banco.

O saldo da rubrica "Impostos a receber" integra 861 mil euros transitados das sociedades incorporadas relativos aos valores que o Banco espera vir a receber no seguimento da impugnação judicial das liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal na sequência de inspeções fiscais sobre os exercícios de 1997, 1998 e 1999. No exercício de 2008, as impugnações judiciais apresentadas pelo ex-Credifin foram consideradas totalmente procedentes. Contudo, foi interposto recurso pela Fazenda Pública.

Nota 14 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos de curto prazo	11.200.000	7.900.000
Outros recursos de instituições de crédito	121.197	13.282
Subtotal	11.321.197	7.913.282
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos a curto prazo	353.893.000	375.419.000
Empréstimos a médio/longo prazo	441.017.000	519.812.000
Subtotal	794.910.000	895.231.000
Total Recursos de instituições de crédito	806.231.197	903.144.282
Encargos a pagar - Juros e encargos similares		
Juros e encargos de Outras Instituições de crédito	1.646.122	2.029.699
Subtotal	1.646.122	2.029.699
Total	807.877.319	905.173.981

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - Empréstimos de curto prazo”, corresponde a tomadas de fundos de muito curto prazo.

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos”, corresponde a saldos credores de contas de depósitos à ordem.

O saldo de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro”, corresponde a financiamentos obtidos diretamente junto do BNP Paribas em França.

A sua decomposição por prazos residuais de vencimento é como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Até 3 meses	128.976.197	141.100.282
De 3 meses a 1 ano	236.238.000	242.232.000
De 1 ano a 5 anos	410.616.000	481.267.000
Mais de 5 anos	30.401.000	38.545.000
Total	806.231.197	903.144.282

Nota 15 - Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica apresentava a seguinte estrutura a 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Recursos de clientes e outros recursos		
Cauções em contratos de aluguer e outros	3.059.936	3.493.063
Total	3.059.936	3.493.063

A decomposição dos recursos de Clientes por prazos residuais é como se segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Até 3 meses	83.621	300.808
De 3 meses a 1 ano	332.819	364.498
De 1 ano a 5 anos	2.124.083	2.151.759
Mais de 5 anos	519.413	675.998
Total	3.059.936	3.493.063

Esta rúbrica é composta por cauções de clientes.

Nota 16 - Derivados de Cobertura

Valores em EUR	31-12-2013		31-12-2012	
	Valor Nocial	Passivos	Valor Nocial	Passivos
Instrumentos derivados de cobertura				
Swaps	-	-	8.600.000	65.429
Total	-	-	-	65.429

A 31 de dezembro de 2012, a sociedade detinha derivados de cobertura no montante de 8,6 milhões de euros, mensurados ao justo valor.

A 31 de dezembro de 2013 o Banco já não detinha qualquer instrumento derivado de cobertura.

Nota 17 - Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica apresentava as seguintes componentes:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Credores diversos		
Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária	841.383	1.753.687
Credores diversos - Clientes	11.540.141	11.853.394
Credores diversos - Seguradoras	2.155.473	1.895.042
Fornecedores Leasing/ALD	38.929	33.741
Credores diversos - Angariadores	1.621.446	1.340.089
Fornecedores diversos	3.964.460	1.766.011
Outros	6.707	1.406
Subtotal	20.168.539	18.643.370
Sector Público Administrativo		
Imposto de selo	772.488	789.676
Retenção de impostos na fonte	239.105	271.506
Contribuições para a Seg. Social	305.217	337.600
IVA a pagar	513.254	1.126.729
Restantes Impostos	-	-
Subtotal	1.830.064	2.525.511
Encargos a pagar		
por Gastos com o pessoal	3.426.035	3.157.500
Comissões a pagar	5.205.035	4.106.718
Publicidade a pagar	560.057	430.398
Por custos comerciais	51.508	64.510
Outros custos a pagar	4.246.926	5.673.118
Subtotal	13.489.561	13.432.244
Receitas c/rendimento diferido		
Comissões de seguro	95.776	195.524
Subtotal	95.776	195.524
Outras contas de regularização	227.912	291.084
Total	35.811.852	35.087.733

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária” regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizados nos dias seguintes.

A rubrica "Credores Diversos - clientes" corresponde a saldos credores originados por pagamentos antecipados ou pagamentos em duplicado por parte de clientes.

A rubrica "Credores Diversos - seguradoras" compreende, essencialmente, os prémios cobrados, referentes ao mês de apresentação, a pagar às companhias de seguros.

A rubrica "Fornecedores Diversos" diz respeito à faturação de fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica "Imposto de selo" refere-se ao imposto a pagar referente ao mês de dezembro decorrente, essencialmente, de operações de crédito.

Os valores de "Retenção de imposto na fonte" decorrem do processamento de remunerações e honorários do mês de dezembro.

O valor das "Contribuições para a Segurança Social" decorre igualmente do processamento de remunerações relativo ao mês de dezembro.

O valor de "IVA a pagar" respeita aos montante apurados nos meses de novembro e dezembro, a pagar em janeiro e fevereiro de 2014.

O valor de "Encargos a pagar por Gastos com o pessoal" corresponde à estimativa de encargos com férias e subsídio de férias, a liquidar em 2014, relativamente a direitos dos colaboradores adquiridos em 2013 e à estimativa de prémio de produtividade atribuída a colaboradores a liquidar no início do ano seguinte.

O valor de "Comissões a pagar" corresponde a incentivos a pagar a parceiros comerciais pela angariação de contratos de crédito.

O valor de "Publicidade a pagar" corresponde à utilização de meios publicitários referentes ao mês de dezembro.

O valor de "Outros custos a pagar" corresponde, na sua maior parte, aos valores ainda não pagos relativos a serviços diversos prestados por terceiros.

Nota 18 - Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados

O capital de Euros 45.661.800 representado por 9.132.360 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

No ano de 2013 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 32.876 milhares de euros (em 2012 foram distribuídos 31 050 milhares de euros). Deste valor 20.548 milhares de euros respeitam à distribuição de dividendo sobre o período 2012 e o remanescente a uma liquidação extraordinária de resultados transitados.

Os acionistas do Banco a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 são os seguintes:

Valores em EUR	31-12-2013		31-12-2012	
	Nº Ações	% Capital	Nº Ações	% Capital
BNP Paribas Personal Finance (França)	9.132.356	99,99996%	9.132.357	99,99997%
BNP Paribas (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cetelem Expansion (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cofica Bail (França)	1	0,00001%	-	0,00001%
Leval 3 (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Total	9.132.360		9.132.360	100,00000%

Nota 19 - Juros e Rendimentos Similares

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Juros de crédito concedido	111.175.744	121.937.256
Juros de disponibilidades - D.O	32	19.291
Juros de aplicações em instituições de crédito	266	1.713
Juros indemnizatórios - AT	43.503	211.914
Comissões - Despesas de contrato	5.455.972	7.180.166
Total	116.675.517	129.350.341

O valor das Comissões debitadas a clientes a título de Despesas de Formalização ocorre no momento da concessão de crédito, sendo reconhecidas em resultados na proporção de reconhecimento dos respetivos juros.

Nota 20 - Juros e Encargos Similares

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Juros de instituições de crédito no país		
Juros de empréstimos MLP	-	-
Juros de empréstimos CP	4.323	7.006
Juros de empréstimos D.O.	503	1.973
Subtotal	4.825	8.979
Juros de instituições de crédito no estrangeiro		
Juros de empréstimos CP	384.710	1.422.647
Juros de empréstimos MLP	20.976.370	25.068.361
Subtotal	21.361.080	26.491.008
Juros de passivos subordinados	-	-
Juros de passivos financeiros de negociação	-	-
Juros de derivados de cobertura	58.515	647.073
Outros juros	4.473	6.224
Encargos com Comissões s/ Operações Crédito	15.884.557	16.298.406
Total	37.313.450	43.451.690

O saldo de juros de instituições de crédito no estrangeiro corresponde exclusivamente a juros de empréstimos contraídos junto do BNP Paribas em França.

O valor dos Encargos com Comissões s/ Operações de Crédito regista o valor de remuneração liquidado a parceiros de negócio a título de intermediação na angariação de contratos de crédito, encontrando-se esta rubrica reconhecida em resultados em função da duração dos respectivos créditos.

Os derivados são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas através de resultados.

Nota 21 - Rendimentos de Serviços e Comissões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Comissões por:		
Angariações de seguros	13.256.938	13.749.614
Gestão de cartões - crédito	4.975.550	4.502.823
Anuidades - cartão de crédito	1.151.492	1.428.867
Gestão de cartões - fidelização	674.427	1.034.920
Mastercard	1.292.928	899.472
Outras comissões	28.294	42.522
Total	21.379.629	21.658.218

A rubrica de comissões "Por angariação de seguros" refere-se a comissões recebidas como contrapartida da angariação de contratos de seguro associados aos contratos de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - crédito" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela concessão de crédito sem juros dentro dos cartões de crédito das insígnias.

A rubrica de "Anuidades" refere-se à cobrança de anuidades dos cartões de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - fidelização" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela gestão da fidelização associada aos cartões das insígnias.

A rubrica "Mastercard" refere-se a comissões recebidas pela utilização de cartões associados a esta Rede.

A rubrica de "Outras comissões" corresponde a comissões por antecipação de financiamentos a angariadores de crédito.

Nota 22 - Encargos com Serviços e Comissões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Comissões por:		
Compromissos assumidos por terceiros	-	-
Serviços bancários	1.616.440	1.610.195
Outras comissões	-	-
Total	1.616.440	1.610.195

A rubrica "serviços bancários" integra principalmente os débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido.

Nota 23 - Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados (Líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos		
Ganhos em ativos financeiros detidos para negociação (swaps)	-	-
Ganhos em derivados de cobertura (swaps)	108.360	773.916
Créditos e outros valores a receber	-	-
Subtotal	108.360	773.916
Gastos		
Perdas em ativos financeiros detidos para negociação (swaps)	-	-
Perdas em derivados de cobertura (swaps)	108.360	773.916
Subtotal	108.360	773.916
Total	-	-

Nota 24 - Resultados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos		
Ganhos de alienação de participação em capital	574.950	-
Subtotal	574.950	-

Os ganhos em instrumentos de capital referem-se a alienação da participação da entidade EFFICO - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A (ver nota 5).

Nota 25 - Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos		
Ganhos em diferenças cambiais	24	93
Subtotal	24	93
Gastos		
Perdas em diferenças cambiais	512	4
Subtotal	512	4
Total	(488)	89

Nota 26 - Resultados de Alienação de Outros Ativos

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos		
Alienação de carteira de clientes	2.506.141	288.841
Ganhos na alienação de ativos não correntes detidos para venda	93.620	115.404
Mais-valias na venda de ativos fixos tangíveis	1.154	17.419
Subtotal	2.600.915	421.664
Gastos		
Perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	894.976	1.123.036
Menos-valias na venda de ativos fixos tangíveis	-	69
Subtotal	894.976	1.123.105
Total	1.705.939	(701.441)

O resultado desta rubrica refere-se principalmente à alienação de uma carteira duvidosa a uma entidade externa.

Nota 27 - Outros Resultados de Exploração

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos		
Outros rendimentos associados à gestão de dossiers	16.362.230	17.840.195
Recuperação de créditos incobráveis	3.132.467	2.069.461
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.479.443	1.691.111
Outros Serviços Prestados	85.573	128.643
Outros rendimentos	-	-
Subtotal	21.059.713	21.729.410
Gastos		
Imposto do selo pago	-	-
Outros impostos		
Impostos indiretos	19.905	377.154
Impostos diretos	1.460	10.269
Quotizações e Donativos	17.759	19.274
Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	17.500
Fundo Resolução Cont. Inicial e Periódica	203.578	
Outros gastos	265.740	239.598
Subtotal	525.942	663.795
Total	20.533.771	21.065.615

A rubrica "Outros rendimentos associados à gestão de dossiers" compreende a comissão de processamento de prestação em atraso nos pagamentos e de reembolso antecipado dos créditos. Esta rubrica inclui igualmente outras comissões relacionadas com a atividade de concessão de crédito.

A rubrica "Recuperação de créditos incobráveis" regista a recuperação de valores relativa aos créditos que haviam sido considerados irre recuperáveis, na sequência das operações de *Write-off* efetuadas.

A rubrica "Outros Serviços Prestados" compreende a faturação às empresas do Grupo de serviços de gestão administrativa e de pessoal.

A rubrica "Impostos indiretos" diz respeito, maioritariamente, a Imposto do Selo sobre Livranças.

Nota 28 - Custos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2013			31-12-2012		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Custos com Pessoal						
Salários e vencimentos						
Remunerações dos órgãos de gestão						
Conselho Fiscal						
Carlos Alberto Domingues Ferraz	10.010	-	10.010	10.010		10.010
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	5.012	-	5.012	5.012		5.012
Administradores						
Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho A. Ferreira	78.382	15.000	93.382	76.962	13.500	90.462
Serge Leon Maurice Le Bolès	166.262	39.000	205.262	151.076	12.000	163.076
Comité Executivo/ de Direção	966.430	201.688	1.168.118	889.942	200.550	1.090.492
Compliance	93.555	10.336	103.891	83.020	10.272	93.292
Gestão de riscos	76.610	7.965	84.575	75.020	7.904	82.924
Auditoria Interna	10.380	9.000	19.380	44.506	8.000	52.506
Remunerações dos restantes colaboradores	11.533.220	790.005	12.323.225	11.998.581	861.616	12.860.196
Subtotal	12.939.862	1.072.994	14.012.856	13.334.129	1.113.842	14.447.971
Encargos sociais obrigatórios						
Segurança Social	2.956.584	-	2.956.584	3.008.117	-	3.008.117
Outros encargos	2	-	2	82.643	-	82.643
Subtotal	2.956.585	-	2.956.585	3.090.760	-	3.090.760
Outros custos com o pessoal						
Seguros de saúde e de vida	426.548	-	426.548	476.344	-	476.344
Outros	537.519	-	537.519	876.181	-	876.181
Subtotal	964.067	-	964.067	1.352.524	-	1.352.524
Total de Custos com Pessoal	16.860.515	1.072.994	17.933.509	17.777.414	1.113.842	18.891.255

O efetivo médio de colaboradores ventilado por categorias profissionais distribui-se da seguinte forma:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Funções de Direção	14	12
Funções Técnicas e Especializadas	554	569
Funções Administrativas	10	14
	578	595

Admissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011

	31-12-2013	31-12-2012
Conselho Fiscal	-	-
Administradores	-	-
Comité Executivo/ de Direção	-	-
Compliance	-	-
	-	-

Demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011

	31-12-2013		31-12-2012	
	Nº Colaboradores	valor indemnização	Nº Colaboradores	valor indemnização
Conselho Fiscal				
Administradores				
Comité Executivo/ de Direção	-	-	1	-
Compliance				
	-	-	1	-

Nota 29 - Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Fornecimentos de terceiros		
Água, energia e combustíveis	604.675	640.615
Impressos e material de consumo corrente	914.571	1.731.656
Outros fornecimentos de terceiros	62.808	70.599
Subtotal	1.582.054	2.442.870
Serviços de terceiros		
Rendas e alugueres	2.673.154	2.789.023
Comunicações e despesas de expedição	5.528.442	5.920.150
Deslocações, estadas e representação	624.459	655.520
Publicidade	2.765.449	3.023.109
Conservação e reparação	1.932.381	1.699.580
Transportes valores	61.046	60.121
Formação de pessoal	326.178	310.110
Seguros	181.839	335.731
Avenças e Honorários	4.092.648	3.910.512
Contencioso e Notariado	1.263.376	1.461.567
Subcontratação informática	2.273.236	3.519.031
Segurança e vigilância	-	355
Limpeza instalações	97.923	104.833
Informações comerciais	673.153	695.453
Serviços de impressão gráfica	337.109	429.413
Subcontratação de pessoal	591.167	593.100
Serviços especializados de cobrança	44.056	42.814
Outros serviços especializados	4.104.020	4.336.936
Outros serviços de terceiros	34.042	46.614
Subtotal	27.603.680	29.933.972
Total	29.185.734	32.376.842

Destacam-se as seguintes rubricas, com valores mais significativos:

i) A rubrica "Comunicações e despesas de expedição" compreende cerca de 3 395 mil euros (2012: 3 652 mil euros) de custos com correio e os restantes cerca de 2 134 mil euros de custos com comunicações;

ii) A rubrica "Publicidade" integra, nomeadamente, custos com ações promocionais e material publicitário;

iii) A rubrica "Avenças e Honorários" compreende, essencialmente, prestações de serviços de advogados e agentes de execução, a maior parte delas relacionadas com a recuperação judicial dos créditos em contencioso;

iv) A rubrica "Subcontratação informática" regista, essencialmente, custos com a utilização de meios informáticos;

v) A rubrica "Informações comerciais" regista os custos com consultas de bases de dados da Credinformações e do Banco de Portugal;

vi) A rubrica "Serviços de impressão gráfica" inclui, essencialmente, valores referentes a impressão e envelopagem de mailings;

vii) A rubrica "Outros serviços especializados" inclui, essencialmente, serviços de gestão de crédito prestados pela sociedade *Redrock*, serviços de cobrança presencial e serviços de *Outsourcing*.

Nota 30 - Compromissos Extrapatrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão registados os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	591.426.904	472.675.258
Subtotal	591.426.904	472.675.258
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	18.978.803	23.586.718
Refinanciamento contratado	41.420.000	48.739.000
Subtotal	60.398.803	72.325.718
Total	651.825.707	545.000.976

Os compromissos revogáveis perante terceiros, representam o montante disponível de crédito não utilizado, sobre as linhas de financiamento contratualizadas com os clientes.

As linhas de crédito irrevogáveis refletem os plafonds contratualizados com instituições bancárias que não se encontram utilizadas pelo banco BNP Paribas Personal Finance S.A..

O refinanciamento contratado refere-se aos montantes de financiamento contratualizados com o Grupo para utilização no mês seguinte.

Nota 31 - Transações com Partes Relacionadas

Resumem-se como se segue os saldos, relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

Valores em EUR

Balço	31-12-2013	31-12-2012
Ativos		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	582.758	480.388
Outros ativos		
Cardif	3.244.429	2.740.989
Cetelem CR. a.s	2.783	
BNP Paribas, S.A.		4.259
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	6.372	10.668
Total ativos	3.836.341	3.236.304
Passivos		
Empréstimos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	11.200.000	7.900.000
BNP Paribas, S.A.	794.910.000	895.231.000
Juros a pagar		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	174	92
BNP Paribas, S.A.	1.645.947	2.029.607
Outros passivos		
Arval Service Lease, S.A.	2.644	-
Cardif	2.045.317	1.680.423
Arval PHH, S.A.		
BNP Sucursal Lisboa	255	1.030
Laser, S.A.		248.419
Total passivos	809.804.338	907.090.571
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
BNP Paribas	41.420.000	48.739.000
Derivados - valor nocional		
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	-	8.600.000
Total extrapatrimoniais	41.420.000	57.339.000

Valores em EUR

Demonstração de Rendimentos	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos		
Juros e proveitos equiparados		
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados		-
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos a Prazo		1.617
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos à Ordem	28	17.974
Seguros		
Cardif	11.735.222	11.652.518
Rendimentos de Instrumentos de Capital		
Outros serviços prestados		
BNP Paribas Sucursal Lisboa		24.358
BNP Paribas Securities Services	21.102	-
Cetelem CR, a.s	2.783	-
BNP Paribas Personal Finance	58.256	-
BNP Lease Group PT	50.292	41.114
BNP Paribas Factor	62.194	-
BNP Paribas Cardif ACE	9.996	-
Total Rendimentos	11.939.873	11.737.581
Gastos		
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Paribas - derivados		-
Juros e encargos equiparados		
BNP Paribas - empréstimos	21.361.080	26.491.008
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	58.515	259.726
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros D.O.	503	176
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Empréstimos	4.323	7.006
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados		-
Outras Comissões Pagas		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	31.114	31.961
Custos Informáticos / Outros		
Leval Developpement		-
BNP Paribas Net Ltd	95.599	-
BNP Paribas Personal Finance	1.071.019	1.116.139
BNP Paribas Procurement Tech	253.652	-
Laser Symag, S.A.	242.573	579.203

Valores em EUR

Demonstração de Rendimentos	31-12-2013	31-12-2012
Gastos Gerais Administrativos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	13.903	
BNP Paribas Personal Finance	324.993	-
BNP Lease Group PT	76.778	-
Arval Service Lease, S.A.	831.720	902.497
Total Gastos	24.365.773	29.387.717

A totalidade do financiamento externo é efetuado junto do BNP Paribas, pelo que a rubrica "Juros e encargos equiparados - Passivos Financeiros", é essencialmente constituída pelos juros destas operações.

Da mesma forma, a quase totalidade da gestão de seguros encontra-se a cargo da *Cardif* (constituída pelas entidades *Cardif Vie* e *Cardif - Risques Divers*), pelo que a rubrica "Comissões - por angariação de Seguros" é essencialmente constituída pelas comissões pagas por essas entidades.

A gestão da frota automóvel do Banco Cetelem encontra-se igualmente a cargo de uma entidade do Grupo, a *Arval Service Lease, S.A.*, por cujos serviços faturou cerca de 832 milhares euros.

Os custos de utilização de meios e serviços informáticos, debitados por empresas do grupo ascenderam a cerca de 1 663 mil Euros.

Nota 32 - Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Em conformidade com o art.º 4.º do capítulo III da Norma regulamentar nº 15/2009 de 30 de dezembro emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, com o título "Relato Financeiro dos mediadores de Seguros ou de Resseguros", o Banco apresenta a informação detalhada pelas seguintes rubricas:

Políticas contabilísticas

Conforme descrito no ponto 2.7 das notas anexas, o reconhecimento de rendimentos relativos à atividade de mediação de seguros respeita o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos aquando da sua ocorrência e não aquando do seu recebimento ou pagamento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam.

O reconhecimento do crédito, conforme disposto na IAS 18, é assegurado pelo recurso a estimativas de rendimentos, nos casos em que o seu apuramento não se encontre faturado.

Remunerações relativas a Contratos de Seguros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as remunerações provenientes da atividade de seguros apresentam os seguintes valores, desagregadas entre atividade do ramo vida e não vida:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
RAMO VIDA		
<i>Cardif - Assurance Vie</i>	9.056.756	7.388.041
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	438	765
<i>ALICO - AIG LIFE</i>	725.284	512.969
<i>GE Financial Assurance</i>	83.789	118.675
Subtotal	9.866.267	8.020.450
RAMO NÃO VIDA		
<i>Cardif - Assurances Risques Dive</i>	2.678.466	4.263.712
<i>Card Protection Plan, Sucursal</i>	62.625	90.051
<i>ALICO - AIG LIFE</i>	351.294	944.307
<i>GE Financial Assurance</i>	298.287	431.094
Subtotal	3.390.671	5.729.164
Total	13.256.938	13.749.614

Todas as remunerações recebidas têm a natureza de numerário e, quanto à sua tipologia, são classificadas como comissões.

Níveis de concentração de empresas de seguros

A seguradora *CARDIF*, enquanto companhia de seguros do Grupo, apresenta em 2013 um nível de concentração de 89% (85% em 2012), determinado pelo rácio de rendimentos totais da seguradora sobre o valor total de rendimentos de seguros reconhecidos pelo Banco.

Valores das contas de clientes e volume de prémios

O valor de prémios cobrados por conta das sociedades de seguros ascendeu em 2013 e 2012 aos seguintes valores:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
<i>Cardif - Assurance Vie</i>	10.591.055	10.378.866
<i>Cardif-Assurances Risques Divers</i>	6.606.864	6.685.408
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	1.088	1.769
<i>Card Protection Plan, Sucursal</i>	198.937	286.057
<i>ALICO - AIG LIFE</i>	1.477.770	1.941.209
<i>GE Financial Assurance</i>	716.723	903.655
Total	19.592.437	20.196.964

As contas correntes de clientes não apresentavam saldo no final de cada período.

Valores em contas a pagar/receber - sociedades de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos das contas correntes das sociedades de seguros apresentam os seguintes valores a pagar/receber:

Valores em EUR	31-12-2013	31-12-2012
<i>Cardif - Assurance Vie</i>	1.377.811	102.301
<i>Cardif-Assurances Risques Divers</i>	667.016	43.843
<i>ALICO - AIG LIFE</i>	(214)	255.494
<i>Card Protection Plan, Sucursal</i>	(5.180)	-
<i>GE Financial Assurance</i>	98.288	-
Total	2.137.720	401.638

Restantes Informações previstas no DR 15/2009

É entendimento do Banco que as restantes divulgações previstas no decreto-regulamentar 15/2009 não são aplicáveis a esta instituição.

4 | Certificação

Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 993 676 854 euros e um total de capital próprio de 127 422 380 euros, incluindo um resultado líquido de 32 193 482 euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA") emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G - 5º, 1600-209 LISBOA, PORTUGAL

TEL: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º - 514, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARS.PORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA ORCC - REGISTADA NA CMVM 908-O Nº 1254 - NIPC 502 107 351 - CAPITAL SOCIAL 70 405 € - CRC LISBOA





- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de Março de 2014

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada por Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas n.º 564)

5 | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 2011.03.31, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do *BANCO BNP – PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Relatório da Gestão contém exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, numa análise equilibrada e global do desempenho e dos seus resultados e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta (tendo em conta as categorias definidas pelo regulador), com referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

A análise feita abrange tanto os aspetos financeiros como referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da Sociedade, incluindo informações sobre responsabilidade social e ambiental, qualidade e questões relativas aos trabalhadores, nomeadamente a política salarial, compensações e benefícios, avaliação do desempenho e formação; descrevem-se as políticas de cobertura dos principais riscos e a ligação com o Grupo.

Abrange, também, condições do mercado, investimento, custos e proveitos, aludindo-se a atividades de investigação e desenvolvimento descrevendo atividades e projetos em curso.

Indica, ainda, implicitamente os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício na referência à evolução previsível.

Procurámos acompanhar a envolvente que, aliás, é bem descrita no Relatório da Gestão, quer no geral – internacional e nacionalmente - quer no sector (e subsectores) em que a Sociedade atuou, possibilitando a perceção dos diferentes segmentos, ainda que não se detalhe a concorrência e o preço (que é, no caso, predominantemente a taxa de juro de que se analisa a evolução da dívida pública a longo prazo).

1/5



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE



A conjuntura vivida e aí bem descrita foi, em síntese, de contração do PIB (ainda que em desaceleração), desemprego alto (mas com a sua taxa a baixar) e um "enorme aumento de impostos". Consequentemente com queda da procura interna.

No quadro desta má conjuntura, as perspetivas são de inversão com – finalmente – ligeiro crescimento económico.

A atividade do crédito ao consumo é especialmente delicada nestas circunstâncias e tem que ser equilibrada e harmoniosamente contemplar vertentes contraditórias, como seja satisfazer realisticamente as necessidades sociais (que se agravam nestes períodos) com o "interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus ... clientes ...", para aproveitarmos o dizer do legislador comercial.

Nestas épocas de crise financeira, económica e social, o crédito ao consumo, se concedido e gerido com ética e consciência social, pode amenizar dificuldades e, até, promover em algum grau a dinamização da economia, viabilizando pequenas iniciativas e dinamizando o anémico consumo.

Mas é exatamente nas épocas de crise e períodos de tensão que são postas à prova e vêm ao de cima as características das pessoas e das instituições. É bem se porta quem tem bons "princípios de conduta": "profissionalismo, seriedade, competência, lealdade, integridade, transparência e diligência", exercidos de "forma correta, cortês, acessível e conscienciosa", com "igualdade de tratamento, a todos os clientes" (art.º 6 e 7º do nosso Código de Conduta).

Isto dentro de um Grupo que se assume como "banco do mundo em mudança", "atores e percursos na inovação", como "projeto coletivo" com "proatividade, criatividade, empenho e ambição" e que tem com "missão primeira: o serviço sustentado aos clientes".

Note-se que a Instituição tem assumido a sua responsabilidade social, destacando-se o sítio www.creditoresponsavel.com, "O Observador Cetelem", com interessantes edições anuais e o esforço para melhorar a literacia financeira através da população escolar (formar o futuro) ou em colaboração com as câmaras municipais e com clientes especiais, atingindo vários milhares de pessoas. Atende-se, ainda nas instruções existentes para a recuperação de

2/5

99110002



créditos, onde há que separar o trigo do joio, tendo que se ser, simultaneamente, firme e compreensivo.

Perante a crise e de acordo com as políticas explicitadas no Relatório da Gestão (Perspetivas futuras), encara-se a mesma como uma oportunidade, reforçando-se a política de crédito responsável e sustentável e contribuindo-se para a melhoria da imagem do crédito ao consumo, esperando-se uma evolução positiva do consumo interno, aproveitando-a e apoiando-o responsabilmente.

A marca CETELEM encontra-se em Portugal há 20 anos; tal não seria possível se não houvesse uma visão de longo prazo, construindo, passo a passo, uma boa reputação. Afinal de contas foi e continua a ser, o que foi assumido e é definido e muito recentemente reafirmado como nossa missão: "ajudar os clientes a realizar os seus projetos", "preservar o seu futuro" e "ser o seu conselheiro permanente, mantendo uma relação de fidelidade". E como nossos valores: "responsabilidade, rigor, transparência", "inovação, consideração, proximidade".

Os 20 anos em Portugal foram devidamente assinalados, quer ao nível institucional quer ao nível comercial, através de promoção adequada e bem sucedida.

Oportunamente, emitiu este Conselho o seu Parecer sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, bem como o seu Parecer sobre o Relato da Administração sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e procurou acompanhar as observações feitas pelo Banco de Portugal, na sua qualidade de regulador, tendo ainda tomado conhecimento das suas deliberações quanto à Instituição, tão desfasadas no tempo que se referem a factos anteriores ao nosso mandato.

O Conselho procurou supervisionar a Administração da Sociedade e os seus Serviços, bem como a Revisão de Contas, nomeadamente aos documentos de prestação de contas, fiscalizou a independência do Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento da "Certificação Legal das Contas" por este emitida e que mereceu a nossa inteira concordância. Assim, reunimos regularmente com a Administração, bem como com o órgão "Revisor Oficial de Contas", acompanhámos periodicamente as contas intercalares e demais instrumentos de

3/5



A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

gestão, procedemos ao estudo de leis, normas, regulamentos e documentos internos, efetuámos observações e fizemos indagações, com proveitosos debates, junto de quadros de topo e intermédios relevantes para a nossa missão, nomeadamente com base nos Relatórios periódicos que os seus Departamentos emitem e que sintetizam as ações realizadas e os resultados alcançados. Conferimos o cumprimento das principais obrigações legais externas, nomeadamente para com o regulador.

Dentro dessas diligências conferimos algum relevo ao Serviço de Provedor do Cliente na medida em que, através dele, se tem um *feedback* externo das atividades internas. Além da opinião por aí formada, vai no mesmo sentido o Estudo externo e independente realizado de perceção dos nossos clientes, numa atividade que é suscetível em especial numa conjuntura delicada: 80% estão fidelizados e mais de 90% estão satisfeitos, recomendam-nos e de nós têm boa imagem e que praticamente todo o universo dos parceiros comerciais está satisfeito connosco.

No final dos trabalhos, o Conselho verificou os documentos de prestação de contas, assim como as políticas contabilísticas (explicitadas na nota 2 do Anexo) e tem vindo a acompanhar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira, com vista, nomeadamente, à vossa apreciação e deliberação.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções aqui expressamos os nossos agradecimentos.

De acordo com a vossa deliberação em Assembleia Geral e conforme é incluído na Nota 18 do Anexo e, também, na Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios, além do dividendo de €2,25 por ação aprovado na Assembleia Anual, houve um dividendo adicional de € 1,35 por ação, por contrapartida de Resultados Transitados.

A Nota 18 discrimina, também, os 5 acionistas e por ela se divulga que não existem ações

4/5



A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a vertical line, located in the top right corner of the page.

próprias. Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores. Não houve operações de cobertura, salvo o referido na Nota 23. A Sociedade tem instalações em Lisboa e em Gaia, conforme é referido os "Aspetos gerais" introdutórios às Notas.

A proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão terá por fundamentação cumprir as disposições legais pertinentes, remunerar o capital e destinar 0,6% do total para reforço dos resultados transitados.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias, e contêm a proposta de aplicação de resultados e atendendo à citada "Certificação Legal das Contas" e às suas conclusões, envolvendo dentro do âmbito aí referido, a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras e exprimindo a opinião de que essas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira em 2013.12.31, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal,

Somos de **parecer** que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados e do Rendimento Integral, dos Fluxos de Caixa e de Alterações dos Capitais Próprios e as correspondentes Notas;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

e **propomos**:

- votos de confiança no Conselho de Administração – em todos e em cada um dos seus membros – e no Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 455º do C.S.C.;

Em separado propomos ainda e em cumprimento da alínea b) do n.º 2 do art.º 420º do C.S.C.,


5/5



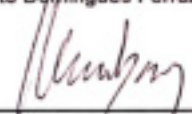
o Revisor Oficial de Contas que perante vós indigitamos para o mandato que vai iniciar-se, ouvido o Grupo e tendo em conta a nossa experiência.

Lisboa, 25 de março de 2014

O CONSELHO FISCAL



Carlos Alberto Domingues Ferraz, Presidente



Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão



Stéphane Manteau



Rua Tomás da Fonseca, Torres de Lisboa,
Torre G 15º, 1600-209 Lisboa
Capital Social 45.661.800,00, CRC de Lisboa e NIPC 503016160
www.cetelem.pt



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE

